



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

FERNANDO PIRES

**TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA: ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS DA
MICRORREGIÃO DE GUARAPUAVA/PR**

LARANJEIRAS DO SUL

2021

FERNANDO PIRES

**TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA: ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS DA
MICRORREGIÃO DE GUARAPUAVA/PR**

Trabalho de monografia apresentado como requisito para obtenção de grau de bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Maria da Silva Carpes

LARANJEIRAS DO SUL

2021

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS

Fernando Pires

TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA: ANÁLISE DOS
MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE GUARAPUAVA/PR:
TRANSPARENCIA DA GESTÃO PÚBLICA / Fernando Pires . --
2021.
70 f.

Orientador: DR. Antônio Maria da Silva Carpes

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Bacharelado em Ciências Econômicas, Laranjeiras do Sul,
PR, 2021.

1. IDV-M. 2. Governança Corporativa. 3. Variáveis
Socioeconômicas. I. , Antônio Maria da Silva Carpes,
orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III.
Título.

FERNANDO PIRES

**TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA: ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS DA
MICRORREGIÃO DE GUARAPUAVA/PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de bacharel.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 08/07/2021

BANCA EXAMINADORA

(Por Antônio Maria da Silva Carpes, Coordenador de Monografia do Curso de Ciências
Econômicas)



Prof. Dr. Antônio Maria da Silva Carpes – UFFS
Orientador



Prof. M.e Yogo Kubiak Canquerino – UFFS
Avaliador



Prof. M.e Paulo Alexandre Nunes – UFFS
Avaliador

Dedico o presente trabalho a minha esposa, meu filho e meus pais pelo apoio ao longo do curso. Dedico também ao meu orientador que fez parte dessa jornada.

AGRADECIMENTOS

Quero aqui agradecer primeiramente Deus, por ter me dado forças e principalmente por eu ter permanecido firme na conclusão do curso.

Agradeço imensamente a minha esposa Bruna, meu filho Arthur que sempre estiveram ao meu lado prestando apoio.

A minha Mãe Antônia, meu Pai Airton, e minha irmã Yasmin, que acompanharam de perto todo o caminho percorrido por mim. Agradeço a Minha Vó Maria Isabel de Quadros (in memoriam) que em vida sempre me fortaleceu nessa caminhada.

Agradeço a Instituição, Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, pois todo conhecimento adquirido, toda experiência com alunos, funcionários e professores só foi possível por meio do Curso Ciências Econômicas. De forma especial agradeço ao Dr. Professor Antônio Maria da Silva Carpes, pois sem ele esse momento não teria chegado.

RESUMO

O objetivo do presente estudo foi analisar a influência do perfil socioeconômico no nível de transparência pública praticado pelos municípios da microrregião de Guarapuava/PR. A pesquisa foi desenvolvida a partir da fundamentação de uma literatura que permeou elementos da governança e transparência pública. A metodologia da pesquisa enquadrou-se como um estudo descritivo, quanto a coleta de dados classifica-se como uma survey ou levantamento, sendo de natureza predominantemente quantitativo. O universo pesquisado considerou os 18 municípios da microrregião de Guarapuava. Para análise dos dados utilizou-se como variável dependente: o Índice de *disclosure* voluntario municipal. Em relação as variáveis independentes, utilizou-se: Escolaridade, Idade, Receita Orçamentaria, Transferências de Recursos da União, Índice Firjan de desenvolvimento Municipal, Pib *Per capita*, Índice de desenvolvimento Humano Municipal, Taxa de Alfabetização, Índice Firjan de Desenvolvimento Fiscal e População. A construção do IDV-M permitiu destacar uma tendência de *disclosure* no mínimo justa, pois, a média geral passou de 50% do total esperado, dessa forma o tratamento dos dados se deu por uma análise de regressão linear. Os resultados demonstraram que as variáveis Receita orçamentaria, Transferências de Recursos da União e População obtiveram significância, portanto tem correlação com o IDV-M (variável dependente), ou seja, podem explicar a construção do IDV-M. Portanto, os resultados evidenciam que uma parte das variáveis socioeconômicas (3) influenciam no nível de transparência praticada pelos municípios da microrregião de Guarapuava.

Palavras – chave: Transparência Pública. IDV-M. variáveis socioeconômicas.

ABSTRACT

The aim of this study was to analyze the influence of socioeconomic profile on the level of public transparency practiced by municipalities in the microregion of Guarapuava/PR. The research was developed from the foundation of a literature that permeated elements of governance and public transparency. The research methodology was framed as a descriptive study, as the data collection is classified as a survey or survey, being predominantly quantitative in nature. The universe surveyed considered the 18 municipalities of the microregion of Guarapuava. For data analysis, the following dependent variable was used: the Municipal Voluntary Disclosure Index. Regarding the independent variables, the following were used: Education, Age, Budget Revenue, Union Resource Transfers, Municipal Development Firjan Index, Per capita GDP, Municipal Human Development Index, Literacy Rate, Fiscal Development and Population Index Firjan. The construction of the IDV-M allowed to highlight a trend of disclosure at least fair, as the general average exceeded 50% of the expected total, thus the treatment of data was carried out by a multiple linear regression analysis. The results showed that the variables Budget revenue, Federal Government Resource Transfers and Population obtained significance, therefore they are correlated with the IDV-M (dependent variable), that is, they can explain the construction of the IDV-M. Therefore, the results show that a part of the socioeconomic variables (3) influence the level of transparency practiced by municipalities in the microregion of Guarapuava.

Keywords: Public Transparency. IDV-M. socioeconomic variables.

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, TABELAS E QUADROS

Quadros.

| | |
|--|----|
| Quadro 1 - Municípios da Microrregião Geográfica de Guarapuava/PR..... | 27 |
| Quadro 2 - Dimensões do IDV-M..... | 28 |
| Quadro 3 - Dimensão Visão Geral do Município..... | 29 |
| Quadro 4 - Dimensão relação com cidadãos..... | 30 |
| Quadro 5 - Dimensão análise do portal do município..... | 31 |
| Quadro 6 - Dimensão contratação de serviços..... | 31 |
| Quadro 7 - Dimensão urbanismo e obras públicas..... | 32 |
| Quadro 8 - Dimensão assistência social..... | 32 |
| Quadro 9 - Dimensão meio ambiente..... | 33 |
| Quadro 10 - Dimensão Educação e Cultura..... | 34 |
| Quadro 11 - Dimensão Segurança Pública..... | 34 |
| Quadro 12 - Dimensão Administração..... | 35 |
| Quadro 13 - Dimensão saúde e saneamento..... | 35 |
| Quadro 14 - Dimensão transporte urbano..... | 35 |
| Quadro 15 - Layout dos Relatórios..... | 36 |
| Quadro 16 - Dimensão Relatórios/Informações Contábeis Adicionais..... | 36 |
| Quadro 17 - Construção do IDV-M..... | 37 |
| Quadro 18 - Variáveis dependentes e independentes..... | 38 |
| Quadro 19 - Descrição e Sinais esperados das variáveis da pesquisa..... | 45 |
| Quadro 20 - Nível de escolaridade, idade, taxa de alfabetização e população..... | 47 |
| Quadro 21 - Receita Orçamentaria, Transf. Recursos da União e IFGF..... | 48 |
| Quadro 22 - IFDM, IDHM e População..... | 49 |
| Quadro 23 - PIB per capita e População..... | 51 |
| Quadro 24 - Relações explicativas..... | 57 |
| Quadro 25 - Hipóteses da pesquisa..... | 57 |
| Quadro 26 - Interpretação de P – valor..... | 58 |

Tabelas.

| | |
|--|----|
| Tabela 1 - Estatísticas descritivas das categorias do instrumento de coleta de dados..... | 51 |
| Tabela 2 - Estatísticas descritivas das variáveis dependente e independentes quantitativas.... | 55 |

LISTA DE SIGLAS

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal
LT - Lei da Transparência
LAI - Lei de Acesso à Informação
CGU - Controladoria Geral da União
LC – PR - Lei Complementar do Paraná
IDV – M - Índice de *Disclosure* Voluntário Municipal
ITGPM - Transparência da Gestão Pública Municipal
ITM – PE - Índice de Transparência Municipal
TCEPE - Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco
RMR - Região Metropolitana do Recife
ITPM - Índice de Transparência Pública Municipal
SC – Santa Catarina
PR – Paraná
ID - Índice de *Disclosure*
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
TSE - Tribunal Superior Eleitoral
REC - Receita Orçamentaria
FIMBRA - Finanças do Brasil
TRANSF - Transferências de recursos da União para os Municípios
TCEPR - Tribunal de Contas do Estado do Paraná
IFDM - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
IFGF - Índice Firjan de Gestão Fiscal
PIB - PIB *per capita*
IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
ALF - Taxa de Alfabetização
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POPUL – População
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
FPE - Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal
FPM - Fundo de Participação dos Municípios
FPEX - Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados
ITR - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 12 |
| 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA | 14 |
| 1.2 OBJETIVOS | 17 |
| 1.2.1 Objetivo Geral | 17 |
| 1.2.2 Objetivos específicos | 17 |
| 1.3 JUSTIFICATIVA | 17 |
| 2. REVISÃO DE LITERATURA | 19 |
| 2.1 TEORIA DA AGÊNCIA | 19 |
| 2.2 GOVERNANÇA PÚBLICA | 20 |
| 2.3 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA | 21 |
| 2.4 ÍNDICE DE DISCLOSURE | 23 |
| 2.5 ESTUDOS ANTERIORES | 23 |
| 3. METODOLOGIA | 26 |
| 3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA | 26 |
| 3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS | 26 |
| 3.2.1 População e amostra | 26 |
| 3.2.2 Coleta de dados | 27 |
| 3.3 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS | 37 |
| 3.3.1 Variáveis da pesquisa: variável dependente | 37 |
| 3.3.2 Variáveis de pesquisa: variáveis independentes | 38 |
| 3.4 HIPÓTESES DE PESQUISA | 41 |
| 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS | 47 |
| 4.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO DA MICRORREGIÃO DE GUARAPUAVA/PR | 47 |
| 4.2 ÍNDICE DE DISCLOSURE VOLUNTÁRIO MUNICIPAL (IDV-M) PARA A MICRORREGIÃO DE GUARAPUAVA/PR; | 51 |
| 4.2.1 Estatística descritiva das variáveis independentes | 55 |
| 4.3 ANÁLISE DE REGRESSÃO | 56 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 59 |
| REFERÊNCIAS | 62 |
| APÊNDICE A – INDICADORES SOCIOECONÔMICOS UTILIZADOS | 69 |
| APÊNDICE B – RESULTADO DA CONSTRUÇÃO DO IDV-M | 70 |

1. INTRODUÇÃO

Para Martins (1995) a gestão pública brasileira, dentro de contextos econômicos, políticos, sociais e tecnológicos, impõem fortes transformações e mudanças macro institucionais que afetam o papel do Estado na Administração Pública, quer sejam nas esferas federal, estadual ou municipal. Na concepção da gestão, Carneiro e Menicucci (2011) salientam que a gestão pública vem incorporar temas como democracia e responsabilidade, trazendo consigo valores como equidade, igualdade e probidade. Ademais, além da orientação instrumental, aceita que o setor público compartilhe como o setor privado a necessidade de alcançar seus objetivos de forma mais econômica e eficiente.

Ananias (2010) acrescenta que a preocupação na formulação de uma política de qualidade na área de gestão pública reflete uma fase de amadurecimento em defesa de um bem comum. Nesse sentido, ganha espaço a governança pública focada na gestão. Na perspectiva de Loffer (2001, p. 212):

Uma nova geração de reformas administrativas e de Estado, que têm como objeto a ação conjunta, levada a efeito de forma eficaz, transparente e compartilhada, pelo Estado, pelas empresas e pela sociedade civil, visando uma solução inovadora dos problemas sociais e criando possibilidades e chances de um desenvolvimento futuro sustentável para todos os participantes.

Percebe-se na leitura feita por Loffer (2001) uma indicação de atributo de qualidade no tocante as ações promovidas pelo Estado, por meio da evidenciação, transparência e o compartilhamento das informações inerentes aos projetos.

Para Simas (2018) os setores públicos e o privado possuem focos específicos, pautados em princípios básicos que norteiam os dois universos: transparência, equidade, cumprimento das leis, prestação de contas e conduta ética. A referida constatação é corroborada por Souza (2017) quando afirma que a administração pública advém de princípios e da teoria da administração privada. Nesse sentido, a população ganha importante relevância na gestão pública, juntamente com observância ao princípio da transparência destacando-se ações em direção ao controle e fiscalização social, elevando assim a legitimidade na direção dos negócios públicos.

Martins Junior (2010) expressava que a transparência não está relacionada apenas com a disponibilização de informações a respeito das ações executadas, desempenhadas ou planejadas pela administração, mas sim na explicação da atuação e avaliação do grau de influência que própria sociedade venha a ter no processo de tomada de decisão quanto a projetos que irão refletir nela mesma. Para Bairral et. al. (2015) a transparência pública começa a se

expandir para além da linha legal/fiscal e passa a abordar outros aspectos da gestão pública (desempenho, pessoal, controles internos etc.). Essa ampliação traz novos requisitos para a responsabilização pública (*public accountability*) que passam a avaliar se efetivamente as informações públicas estão acessíveis ao cidadão, seja via relatórios fiscais, portais eletrônicos de transparência ou relatórios de gestão anuais.

A partir das considerações contextualizadas, extrai-se a relevância do processo de governança no contexto da transparência na gestão pública. Consequentemente, ao destacar o tema é possível considerar ainda que ao mencionar gestão pública está se abordando em todas as esferas, em contexto sistêmico.

O Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, trata a governança pública como um “conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade”.

Para o Guia da política de governança pública (2018, p.22):

Criar e manter a confiança do cidadão, portanto, requer não apenas o bom funcionamento dos governos de acordo com o que prevê a lei, mas também exige que o governo realize. Portanto, instrumentos como a gestão do desempenho tornaram-se mais importantes não apenas na gestão interna, mas também para justificar a própria existência do governo perante seus cidadãos.

O presente estudo é discutido em âmbito da esfera pública municipal no contexto regional de um estado brasileiro. Elementos como informação e transparência, pilares dentro da governança pública, serão objeto de análise.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

O aparato legal que regulamenta a transparência no Brasil é fundamentado nos seguintes institutos legais da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF); na Lei Complementar n.º 131, de 27 de maio de 2009, Lei da Transparência (LT), e na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação (LAI), as quais regulamentam a divulgação de informações prevista na Constituição da República de 1988. Os referidos institutos amparam legalmente o território nacional e por consequência os estados e seus respectivos municípios.

Para Sacramento (2007, p.2):

Sempre que se discute os principais problemas da administração pública contemporânea, a visibilidade e a transparência de seus atos tem sido objeto de destaque e relevância. Um dos ingredientes básicos da accountability e, portanto, capaz de proporcionar a criação de maiores condições de confiança entre governantes e governados, a transparência nas ações governamentais tem sido constantemente citada como capaz de contribuir para redução da corrupção no espaço público e de tornar as relações entre o Estado e a sociedade civil mais democráticas.

A Controladoria Geral da União - CGU (2019, p.9) apresenta um entendimento acerca do conceito de transparência:

Precisa ser compreendido para além da abertura de informação, na medida em que alcança impactos que potencializam a melhoria da gestão pública, da prestação de contas e a participação social. Quanto mais difundida e internalizada no plano nacional, maior a sua capacidade de gerar efeitos na democracia.

Há uma grande mudança no que tange a busca por informações, principalmente com o acesso à internet, nessa linha, Brasil (2011) A sociedade vem demandando por maior transparência das informações sobre as ações dos entes públicos via acesso eletrônico, nessa perspectiva Magalhães et.al (2017, p.3) “ o quão importante é a necessidade em dispor e facilitar o acesso à informação aos cidadãos por parte da administração pública, por meio das novas tecnologias de informação e comunicação ”. Assim RUSCHEL, et al,(2009, p. 86) :

O governo eletrônico (e-gov) tem sido definido como o uso intensivo das TICs para promover um governo mais eficiente e efetivo. Isto é: para facilitar a acessibilidade ao serviço governamental, através de um maior acesso público à informação e para fazer um governo mais prestador de contas aos cidadãos.

Costa (2014) destaca a importância da clareza no gerenciamento das informações no processo de tomada de decisões pelas autoridades públicas e a prestação de contas à sociedade, como fatores imprescindíveis na gestão dos Estados brasileiros. Em âmbito estadual, o estado do Paraná observa a Lei Complementar n. 137/2011, Lei Complementar do Paraná (LC-PR) n. 113/2005 e a Lei Complementar n. 126, de 7º de dezembro de 2009, as presentes leis iram tratar dos atos praticados pelos poderes Executivo e Legislativo dos Municípios, bem como trazem

normas e regras a serem seguidas onde o Tribunal de Contas do Estado do Paraná fiscaliza os municípios, ambas ações previstas em lei visam a melhor clareza nas informações de interesse público.

O conjunto de instrumentos legais, quer sejam em âmbito nacional ou estadual, ratificam a preocupação com a divulgação de informações no Brasil acerca da transparência, na medida em que as instituições governamentais buscam novos mecanismos para melhorar a qualidade das decisões tomadas pelos gestores públicos.

Nesse sentido, Baldissera (2018, p.15) observa que:

Mesmo com a publicação da lei, não é a cultura da transparência que prevalece, percebe-se que os responsáveis por essas mudanças não estão tão interessados em se mostrarem transparentes, o que pode ser uma evidência de assimetria de informação (AI).

Alguns estudos nacionais (Akutsu & Pinho, 2002; Pinho, 2006; Santana Júnior, 2008; Paiva & Zuccolotto, 2009; Souza, Araujo & Silva, 2016) e outros em universo internacional (Justice, Melitski & Smith, 2006; Herawaty & Hoque, 2007; Styles & Tennyson, 2007; Perez, Bolívar & Hernández, 2008), constataam a referida observação de Baldissera (2018).

Bairral et. al (2015) trouxeram o tema transparência pública como um elemento intrínseco no meio de comunicação entre o cidadão e o gestor público. Nesse aspecto, ao se buscar amparo nas bases teóricas, é possível encontrar na Teoria da Agência alguns fundamentos que podem auxiliar a leitura das questões empíricas trabalhadas pelas pesquisas que circundam a referida temática. Pela lente da teoria da agência, o cidadão (principal) delega ao agente (gestor público) uma presteza de seu interesse, cuja execução requer um monitoramento.

A teoria da agência para Sato (2007, p. 4)

Argumenta que a informação é naturalmente assimétrica entre agentes e principal e que, quando os conflitos de interesse existem, agentes e principais podem fazer uso de informações exclusivas e do poder de coerção para influenciar contratos que estejam demasiadamente favoráveis a uma determinada parte.

Extrai-se, diante do exposto, que a informação é produto de valor e inafiançável na relação entre sociedade e gestor público, assim como imprescindível no processo de gestão da administração pública. O Estado, por meio de seus governantes, utiliza-se de portais de transparência na internet com o intuito de divulgar para sociedade suas ações e projetos políticos (STAROSCKY, 2014).

No Estado do Paraná vale ressaltar dois estudos que utilizaram os portais de transparência dos Municípios e tangenciaram o processo de gestão da informação por meio do referido instrumento de divulgação. Barros (2014) em seu estudo identificou que dos 399

Municípios do Estado do Paraná, 371 possuem portal da transparência, contudo somente 219 mantêm uma atualização constante. Primeiramente, a pesquisa constatou que um percentual de 7% dos municípios não utiliza o mecanismo de transparência. Os resultados referentes aos 93% de municípios que possuem o referido instrumento de divulgação, apontam para um percentual de 59% de municípios que mantêm suas informações atualizadas

Souza (2017) realizou pesquisa em municípios do estado do Paraná com mais de 50.000 mil habitantes com o objetivo de avaliar o cumprimento de determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Acesso à Informação sobre transparência. A pesquisa coletou informações dos portais, gerando um ranking classificatório entre os municípios pesquisados. A pesquisa identificou os municípios de Curitiba, Cascavel e Londrina com maior aderência as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Acesso à Informação. Por outro lado, ficaram com menores percentuais de cumprimento os municípios de Ibiporã (47%) e Prudentópolis (62%).

A partir das premissas contextualizadas, é possível observar possibilidades de avanço na pesquisa que circunda o tema da transparência pública no que diz respeito a auxiliar com dados sobre o ambiente de divulgação de informações pelas entidades públicas municipais do Estado do Paraná. Diante do exposto, no anseio de atualizar o debate em torno desse tema, extrai-se a seguinte questão de pesquisa: **Qual a influência de variáveis socioeconômicas no nível de transparência pública praticado pelos municípios da microrregião de Guarapuava/PR?**

A resposta para a presente questão será observada inicialmente, a luz da teoria da agência que trará uma reflexão a respeito da relação dos agentes públicos com a sociedade. Nesse sentido para Bairral et. al (2015, p.4):

A relação de agência, no setor público é extremamente relevante, na medida em que pode proporcionar melhor transparência das ações governamentais, mas para isso se impõe a necessidade de criação de mecanismos de governança que assegurem uma adequada prestação de contas (*public accountability*) dos atos públicos por parte dos gestores nos mais diversos níveis governamentais.

Assim, os resultados esperados suscitarão reflexões acerca dos possíveis motivos que espelham os atuais resultados da pesquisa. Nessa perspectiva, as explicações podem advirem das relações entre sociedade e gestores públicos, dentro de um contexto social, político e econômico.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a influência do perfil socioeconômico no nível de transparência pública praticado pelos municípios da microrregião de Guarapuava/PR.

1.2.2 Objetivos específicos

Para o alcance do objetivo geral, optou-se pela subdivisão de alguns objetivos específicos.

- a) Caracterizar o perfil sócio econômico da microrregião de Guarapuava/PR;
- b) Construir um Índice de *Disclosure* Voluntário Municipal (IDV-M) para a microrregião de Guarapuava/PR;
- c) Verificar a associação entre o IDV-M e o perfil sócio econômico dos municípios da microrregião de Guarapuava/PR;

1.3 JUSTIFICATIVA

A transparência pública brasileira tem ganho atenção, na medida em que se apresenta como meio eficiente de levar a informação a sociedade. Martins Júnior (2010, p.13) destaca:

A transparência não se resume a publicidade, englobando instrumentos que, como a motivação e a participação popular na Administração Pública, concretizem a ideia da mais ampla visibilidade da atuação e gestão do interesse público e, conseqüentemente, viabilizem a ruptura do modelo tradicional, secreto e hermético de Administração Pública e a consolidação do Estado Democrático de Direito.

Nessa perspectiva, observa Avelino (2011) quanto maior for o nível de transparência no setor público, a credibilidade nas informações permite aos cidadãos condições de exercer controle no que se refere à utilização dos recursos públicos, além da possibilidade de averiguar se as informações estão coerentes conforme estabelece a legislação.

Algumas pesquisas (PIRES, 2013; BARROS, 2014; ROSSONI, 2016; SOUZA, 2017; ALMEIDA, et. al. 2018; BROCCO et al. 2018; DOS SANTOS, 2019) têm destacado a transparência pública como premissa para uma boa gestão pública.

O estudo busca contribuir para uma melhor compreensão do tema transparência pública e governança pública nos municípios da microrregião de Guarapuava, dado a carência de

estudos nessa área que envolvesse esse universo. Dessa forma os resultados irão revelar o nível de transparência pública praticado pelos municípios na atualidade. Os resultados triangulados com os achados de pesquisas anteriores (BARROS, 2014; SANTOS e PEIXE 2017) permitem novas inferências a respeito do tema da governança pública.

A pesquisa justifica-se ainda pela oportunidade de conhecer como os municípios da microrregião de Guarapuava/PR estão trabalhando para atender os princípios da transparência pública, na qual o gestor público terá mais ferramentas para demonstrar como a sua gestão está sendo gerenciada, criando confiança entre ele e a sociedade. Dessa forma, o trabalho trará os instrumentos e informações desenvolvidos e utilizados por cada município em relação aos atos praticados dentro da administração pública.

A participação popular nas ações dos agentes públicos reflete de forma significativa na tomada de decisão dos agentes públicos, trazendo dessa forma maior grau de correspondência entre as demandas sociais e as ações governamentais. Assim, a obediência na divulgação das informações públicas, dentro de uma observância de legalidade e de princípios de governança serão pilares desse processo de gestão das informações.

A pesquisa oportuniza acrescer novos achados que irão se somar as pesquisas que envolvem a temática da transparência na gestão pública, a partir de dados extraído do Estado do Paraná. Ao pesquisar a microrregião de Guarapuava/PR, o estudo destaca-se por haver poucas pesquisas científicas que sistematizassem informações a respeito do tema contextualizando a região pesquisada.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo, serão apresentadas as bases teóricas que auxiliaram na análise dos resultados. Os temas perpassam a teoria da agência, bem como governança pública, transparência pública, e fundamentações sobre a estrutura do Índice de Disclosure. Por fim, são apresentados estudos anteriores, cujos resultados irão contribuir na discussão dos resultados.

2.1 TEORIA DA AGÊNCIA

Jensen e Meckling (1976) baseados nos pressupostos da relação contratual, em que o proprietário aqui denominado de principal, encarrega a outra parte denominada de agente, para que o represente e desenvolva atividades em seu interesse, ou seja, delega uma forma de poder de decisão.

Contudo, em meio a relação entre principal e agente surgem conflitos. Nesse sentido Jensen & Meckling (1976) esclarecem que o conflito de agência é a possibilidade de divergência de interesses entre proprietários e gestores, em que um tenta tirar vantagens do outro, dentro de uma mesma situação, promovendo problemas de assimetria de informações entre o agente e o proprietário. Cruz (2010), ao referir-se aos conflitos de agência, acrescenta as dificuldades de monitoramento das ações do agente, bem como algumas atitudes em relação ao risco existente neste processo de assimetria de informação.

No contexto da gestão pública, a denominação de principal está associada a sociedade, a qual delega a seus representantes a gestão dos recursos públicos. Em outra ponta, encontra-se o governo eleito pela sociedade e aqui denominado de Agente. Santos et al. (2014, p. 3) esclarece a referida relação principal e agente, na esfera pública:

Na esfera pública, essa relação se revela com contornos mais acentuados, uma vez que as políticas públicas elaboradas pelos representantes do povo deveriam atender a parcela significativa da sociedade que contribui regularmente com o pagamento de impostos e taxas. Ao eleger os representantes, a sociedade espera que os anseios sejam atendidos e materializados por meio de prestações de serviços públicos adequados e satisfatórios. Logo, a relação evidenciada no setor público é entre o ator principal (sociedade) e o governo em todas as esferas.

Estudos já realizados reafirmam o importante papel dessa teoria, a qual cabe destacar o trabalho de Martins et al. (2018) o qual buscou na literatura apresentar as relações existentes, a respeito da Teoria da Agência e da Governança Corporativa e a suas aplicações no setor e serviços públicos. Foi possível perceber que os princípios da Governança Corporativa, como Transparência (*disclosure*), Prestação de Contas (*accountability*) e Equidade (*fairness*) vão ao

encontro dos princípios da Administração Pública, principalmente relacionados a Publicidade e Moralidade.

Silva, Jéssica Natália et al. (2018) trazem ainda uma importante investigação, que tinha como objetivo compreender e analisar os Consórcios Intermunicipais de Saúde de Minas Gerais à luz da *accountability* e da Teoria da Agência no setor público. A pesquisa foi realizada por meio de uma pesquisa documental, análise de cluster e de variáveis socioeconômicas, o que resultou na identificação de variáveis que levavam os municípios a se assemelharem ou a se diferenciarem. Com base nos achados, foi concluído que os Consórcios Intermunicipais de Saúde de Minas Gerais são heterogêneos se comparados entre si e heterogêneos quanto à utilização de práticas de *accountability*. Além disso, ao analisar a existência de elementos da Teoria da Agência e da *accountability*, destacou-se que muitos deles estão inseridos nas estruturas dos consórcios, podendo ainda ocorrer o melhoramento de mecanismos que minimizem o comportamento oportunista, e trazendo ainda mais legitimidade aos consórcios.

2.2 GOVERNANÇA PÚBLICA

A governança corporativa contribui de forma significativa para o entendimento da governança pública. Para Almeida (2018, p.22):

A governança corporativa contribuiu muito para a formação e desenvolvimento da governança na administração pública, enquanto no mundo privado a governança tem uma compreensão de maior credibilidade, fidelização de clientes e/ou permanência em um determinado mercado. Na administração pública há um avanço decorrente do reconhecimento quanto ao melhor atendimento ao interesse da sociedade, como também o combate a corrupção e ao direito da sociedade de interagir com o Estado acompanhando de perto suas ações.

O conceito de governança pública já é presente no setor público e em meio a sociedade. A partir do decreto n.º 9.203/2017 emitido pela União, a governança pública é “o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade”.

Em âmbito estadual, o Estado do Paraná sancionou a Lei estadual 19857, de 29 de maio de 2019. O referido instituto legal traz em seu Art. 10§ 3º:

Entende-se por ambiente organizacional favorável à governança pública aquele que apresenta efetivo apoio da alta administração, atribuições bem definidas, servidores cumpridores de seus deveres e com conduta alinhada à ética, à moral, ao respeito às leis, às pessoas e às instituições”

Para Kissler e Heidemann (2006, p.3):

Sob a ótica da ciência política, a governança pública está associada a uma mudança

na gestão política. Trata-se de uma tendência para se recorrer cada vez mais à autogestão nos campos social, econômico e político, e a uma nova composição de formas de gestão daí decorrentes. Paralelamente à hierarquia e ao mercado, com suas formas de gestão à base de "poder e dinheiro", ao novo modelo somam-se a negociação, a comunicação e a confiança. Aqui a governança é entendida como uma alternativa para a gestão baseada na hierarquia.

Na concepção de Ronconi (2011) a governança pública é um modelo de gestão do Estado, a qual se caracteriza como uma vontade política para implantar um projeto democrático em que a interação Estado e sociedade civil sejam possíveis, cuja ação conjunta é decisiva na formulação de políticas públicas.

Ainda, complementa Ronconi (2011, p.27):

Na governança pública, o cidadão não é mais o "cliente" do Estado, não é aquele que limita a fazer reivindicações ao Estado, mas um cidadão que encontra novas formas de participação nas decisões e novas formas de promoção da igualdade.

Cabe ainda, destacar o estudo de Teixeira (2019), o qual traz uma revisão teórica da literatura sobre o conceito de governança pública. Nesse sentido, obtiveram-se as principais contribuições teóricas nacionais e internacionais relacionadas ao tema. Os resultados apontaram uma grande diversidade em sua abordagem conceitual, mesmo em tratando de um termo relativamente novo para a gestão pública. Constatou-se que é consenso entre os autores desde o ano 1996 que a boa governança se mostra essencial para otimizar o desenvolvimento socioeconômico, político e cultural nacional, bem como o importante papel do tribunal de contas da união indutor do referido conceito para os serviços públicos brasileiros.

2.3 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

A transparência ganhou força na esfera pública, pois a partir de sua institucionalização é possível construir uma gestão pautada na democracia e eficiência, demonstrando ser um importante pilar de sustentação da gestão pública.

Martins Júnior (2010, p.37) utiliza o termo transparência administrativa na esfera pública e esclarece:

A transparência administrativa não se conforma apenas com o cumprimento do dever da publicidade ou direito de acesso. Assim, como a obrigação estatal ou resultante do exercício do direito de acesso, sujeita-se ao dever de veracidade, ou seja, os órgãos e as entidades da Administração Pública têm o dever de difusão pública de informações verídicas, com certeza, segurança e determinação quanto ao seu conteúdo, não se tolerando publicidade mentirosa, tendenciosa, maliciosa ou incompleta.

No entendimento de Cruz, Silva e Santos (2009), o aperfeiçoamento de mecanismos que promovam a transparência pode ser considerado boas práticas de governança pública. Assim, a

administração pública deve garantir aos cidadãos, por meio da transparência, acesso e compreensão dos atos governamentais, prevendo a possibilidade do controle social sobre a gestão.

Nesse sentido Murillo (2015, apud DE QUEIROZ, DIMAS BARRÊTO et al., 2018, p.6) a transparência pública serve para reduzir a concentração de informações em poder de poucos, só sendo possível se condições de publicidade e *accountability* forem garantidas. Janssen e Van Hoven (2015) acrescentam que a transparência evidencia problemas de governança, o que resulta em cidadãos que acabam por questionar a credibilidade dos governos.

Da Silva (2019) afirma que a falta de transparência em atos administrativos, leva a omissão diante da sociedade do que é praticado na gestão pública, logo ações são necessárias para aumentar o nível de transparência.

Ações essas que Barros (2017, p.74) cita:

A disseminação de iniciativas de governo eletrônico está fortemente ligada à questão da transparência. Em verdade, é uma obrigação dos governos democráticos facilitar o acesso a informações públicas e, assim, aproximar o cidadão do governo. O uso de sites para divulgar informações de maneira ampla é um instrumento fundamental para atender a esse princípio.

Dessa forma, de acordo com Mendonça et al. (2016) a transparência na administração pública vem como um importante pilar na governança para controle e verificação, ou seja, é um meio de saber se as ações e o que está sendo prometido pelos gestores públicos está sendo cumprido. Um ambiente construído a partir do referido pilar, traz um clima de confiabilidade entre cidadão e gestor público, aumentando a democracia e a credibilidade nas tomadas de decisões por parte dos gestores públicos.

Para ilustrar com mais clareza a importância da transparência pública, vale destacar o estudo realizado por Cruz et al. (2012), o qual buscou verificar o nível de transparência das informações acerca da gestão pública, divulgadas nos portais eletrônicos de 96 municípios incluídos entre os 100 mais populosos do Brasil e quais características e indicadores socioeconômicos dos municípios podem contribuir para explicar o nível de transparência observado. A pesquisa fez uso do modelo de investigação denominado Índice de Transparência da Gestão Pública Municipal (ITGPM), com base em códigos internacionais de boas práticas de transparência e governança na legislação brasileira e em pesquisas anteriores. O estudo demonstrou que existe associação entre as condições socioeconômicas dos municípios e os níveis de transparência na divulgação de informações acerca da gestão pública observados nos sites dos grandes municípios brasileiros que compõem a amostra desse estudo.

2.4 INDICE DE DISCLOSURE

Lanzana (2006) destaca que a divulgação de informações, tem papel fundamental de diminuição da assimetria informacional existente em gestores e investidores, nessa forma, o *disclosure* possui a função de auxílio na avaliação das melhores oportunidades de alocação de recursos. Lima (2007) ressalta que o processo de *disclosure* de uma empresa não está contida apenas a informação que é regulada por lei, mas na utilização da informação que seja útil aos *interessados* e tomadores de decisões. Avelino et al. (2014) esclarecem que a compreensão da prática de *disclosure* é necessária no processo de comunicação dos gestores, a respeito do desempenho organizacional aos interessados.

No tocante a administração pública, (LOUREIRO; TEIXEIRA; PRADO, 2008) o *disclosure* ganha destaque substancial, uma vez que a transparência governamental é condição necessária, embora não suficiente, para a efetivação de qualquer ordem democrática, considerando que apenas há controle efetivo dos governantes se seus atos forem adequadamente informados à sociedade

2.5 ESTUDOS ANTERIORES

Alguns autores têm despendido tempo e esforço para o estudo e compreensão do tema da transparência pública e da governança corporativa na esfera pública.

Nesse sentido Pires (2013) desenvolveu estudo a fim de analisar a gestão pública dos Municípios de Santa Maria e Novo Hamburgo, ambos municípios do estado do Rio Grande do Sul. A pesquisa procurou evidenciar a transparência nas informações disponibilizadas nos portais eletrônicos e identificar quais os métodos para divulgação dos dados. Foi realizada uma pesquisa virtual nos sites dos governos municipais aplicada a partir de dois questionários, o primeiro estruturado e direcionado ao Tribunal de Contas do Estado do Rio grande do Sul e o segundo encaminhado às Prefeituras a fim de identificar as ações práticas realizadas pelos municípios avaliados. Os resultados obtidos demonstraram que o Município de Santa Maria não cumpre com as exigências legais de acesso à informação pública, já a cidade de Novo Hamburgo apresentou melhores práticas de gestão pública. As constatações reforçaram a expectativa de uma Administração Pública mais eficiente, próxima a sociedade por meio de divulgação e informação prevalecendo a transparência, rompendo com a cultura do sigilo administrativo.

Dos Anjos (2016) trouxe em seu estudo que a transparência das ações do governo promove um fortalecimento da sua relação com a sociedade e permite aos cidadãos acompanhamento e fiscalização das ações públicas. Nesse sentido, a pesquisa buscou analisar as características dos municípios pernambucanos frente ao nível de transparência das informações sobre a gestão pública divulgadas nos portais eletrônicos, assim como suas características e indicadores socioeconômicos. Os dados acerca do índice de transparência foram levantados a partir do Índice de Transparência Municipal (ITM-PE), publicado pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE). Foram analisados 181 municípios pernambucanos por meio de conglomerados e utilização das seguintes variáveis ITM-PE, IDH-M e IFDM. Os resultados demonstraram que os municípios localizados na Região Metropolitana do Recife (RMR) tendem a divulgar mais informações sobre a gestão fiscal nos portais eletrônicos, o que resulta em maiores índices de transparência. Por fim, fica evidente que os municípios pesquisados ainda precisam melhorar o nível de transparência de suas informações para possibilitar a participação dos cidadãos nas ações do governo, e por consequência tornar efetivo o exercício do controle social.

Almeida (2018) realizou estudo acerca da transparência pública em duas entidades de uma mesma esfera de governo, com o objetivo de analisar o nível de transparência dos “*Websites*” portais da Transparência da Prefeitura e da Câmara Municipal de Natal, no exercício de 2017. A pesquisa utilizou-se de questionários buscando investigar cientificamente a transparência pública a partir de uma pesquisa documental a partir de três bases de dados: execução orçamentária, licitações e compras públicas. A pesquisa buscou ainda, analisar o nível de acessibilidade dos portais, a qualidade das informações e a aplicabilidade da lei de acesso à informação (LAI). Os resultados demonstraram pontos divergentes entre os órgãos pesquisados, destacando um nível de transparência parcial na Câmara Municipal, no critério variedade de informações e parcial nos critérios de qualidade das informações e acessibilidade. A Prefeitura do Município se mostrou melhor colocada em relação a Câmara Municipal, evidenciando cumprimento total na maioria dos critérios analisados.

Costa et al. (2018) se propuseram a analisar a influência dos indicadores socioeconômicos e demográficos no nível de transparência dos municípios de médio porte brasileiros. O universo de pesquisa foram os municípios brasileiros que possuem entre 100.000 a 500.000 habitantes, totalizando 268 municípios. Desses, 11 municípios foram retirados da amostra por não possuírem dados no Finanças Brasil (FINBRA, 2016). A pesquisa foi constituída por duas etapas. Na primeira etapa, encontrou-se o Índice de Transparência Pública Municipal (ITPM), por meio de um *checklist* contendo 38 quesitos. Construindo-se a partir daí

um ranking de evidenciação, onde o município que mais divulgou informações a sociedade foi Ji-Paraná/ RO (84%), divulgando 32 itens do *checklist* aplicado, e o município que menos evidenciou informações foi Ponta Grossa/PR (0,05%). Na segunda etapa da pesquisa, foi utilizado uma regressão linear múltipla para testar a relação existente entre o ITPM e os indicadores socioeconômicos e demográficos. Dentre os indicadores socioeconômicos, apenas o Índice Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) de Desenvolvimento Municipal (IFDM) – Educação apresentou poder de explicação, indicando um impacto positivo, sugerindo que cidadãos com melhores condições de educação, tendem a exercer um maior controle sobre a gestão. Dentre os indicadores demográficos quatro apresentaram um impacto positivo sobre o ITPM, onde, a População, indica que municípios maiores tendem a ser mais transparentes com a sociedade, e as Regiões Norte, Nordeste e Sul, indicam que os municípios pertencentes a estas regiões, tendem a ser mais transparentes.

Sell et. al (2018) em seu estudo buscaram verificar o nível de *accountability* nos municípios da Região Sul do Brasil, separado entre os 10 municípios mais e menos populosos de cada Estado, contemplando 60 municípios. Para identificar o nível de transparência foi utilizada a metodologia adaptada de Keunecke, Teles e Flach (2011) e Speck (2014), sendo que após verificou-se a correlação de Kendall para identificar se havia relação entre o nível de *accountability* e os indicadores socioeconômicos e econômico financeiro dos municípios. Os resultados demonstraram que o maior nível de *accountability* foi em Joinville (SC) e o menor em Jardinópolis (SC). Já, dentre os Estados o maior nível de *accountability* foi do Paraná. Quanto a relação entre os indicadores pode-se inferir que quanto maior o nível de *accountability* nos municípios, maiores são os níveis de Desempenho Socioeconômico e do Desempenho Econômico- Financeiro.

Fraga et al. (2019) organizaram um estudo acerca do tema administração pública com base na integridade, transparência e *accountability*, cujo universo de pesquisa compreendeu 31 municípios majoritariamente de pequeno porte da mesorregião centro ocidental rio grandense, onde está dividido em três microrregiões. Com o propósito de apresentar o nível de transparência pública dos municípios pesquisados, a partir de informações extraídas em seus respectivos *websites*, o instrumento utilizado para o levantamento de tais informações foi usado o Índice de *Disclosure* (ID) que remete a transparência de informações e um *checklist*. Os resultados demonstraram um indicativo de baixo nível de transparência dentre os municípios. Os municípios de Santa Maria, Cacequi, Júlio de Castilhos e São João do Polêsine obtiveram os maiores ID, enquanto São Martinho da Serra, Mata e Formigueiro os menores índices.

3. METODOLOGIA

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A realização da pesquisa necessita de um conjunto de etapas que se iniciam pela seleção do universo a ser investigado e segue-se a partir da definição de variáveis que deverão ser coletadas para aplicação das análises econométricas a serem realizadas. Essa sequência resulta no desenho da pesquisa.

Partindo da definição de Gil (1999), o desenho da pesquisa é apresentado a partir de três dimensões: quanto ao propósito (objetivo) da pesquisa; no tocante ao processo de coleta de dados; e em relação a abordagem do problema de pesquisa. Em relação ao objetivo da pesquisa o estudo enquadra-se como descritivo, na medida em que ela requer descrever características de determinada população ou fenômeno, ou ainda o estabelecimento de relações entre variáveis. O referido enquadramento justifica-se pela caracterização do processo de transparência pública praticado pelos municípios pesquisados.

A partir de uma pesquisa documental foi possível identificar as variáveis dependente e independentes, as quais foram submetidas a análise estatística. Nesse sentido, informações pertinentes ao estudo foram extraídas dos *websites* dos municípios que compõem o universo amostral. Na sequência foi elaborado um *checklist* para construção de um índice de *disclosure* voluntário municipal - (IDV-M). A partir da construção do IDV-M, o referido indicador foi relacionado estatisticamente com variáveis que se presume explicarem em alguma medida o referido nível de evidenciação.

Na perspectiva de abordagem do problema de pesquisa, o estudo é predominantemente quantitativo. Da Fonseca (2002) ao se referir a pesquisa quantitativa observa ser centrada na objetividade, influenciada pelo positivismo, considerando que a realidade só poderá ser compreendida com análise de dados recolhidos com instrumentos padronizados e neutros.

3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

3.2.1 População e amostra

Para Lakatos (2003, p.163) “A amostra é uma parcela conveniente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo”. O Brasil, segundo dados do IBGE (2019) possui 211 milhões de habitantes distribuídos em 5.570 municípios. O presente estudo está delimitado no Estado do Paraná, formado por 399 municípios. O referido estado é dividido em

espaços geográficos, sendo que a região Centro-Sul paranaense engloba 29 municípios, agrupados em três microrregiões: Guarapuava, Palmas e Pitanga. A pesquisa circunda o universo da microrregião de Guarapuava, a qual conta com 18 municípios com uma população de 397.970 habitantes, com uma área de 16.115 km² (IBGE, 2019).

A população da pesquisa compreendeu a totalidade dos municípios da Microrregião de Guarapuava e a amostra foi definida pela composição dos municípios da referida região que contenham as informações evidenciadas em seu portal eletrônico, na data da pesquisa. Dessa forma, a população e a amostra esta composta por dezoito municípios.

3.2.2 Coleta de dados

A coleta de dados ocorreu no período janeiro a março de 2021. Seguiu-se uma trilha de busca que se inicia pela plataforma de busca online do *Google* nos sítios eletrônicos, na sequência foi realizada uma consulta pelo descritor “prefeitura municipal de (nome do município)”. Na concepção de Paiva e Zuccolotto (2009, p.8) os portais eletrônicos seriam “a forma mais direta para um cidadão leigo em “tecnologias de informação” encontrar dados sobre a gestão de seu município”. Apresenta-se a seguir (Quadro 1) a relação dos municípios e seus respectivos *websites*.

Quadro 1- Municípios da Microrregião Geográfica de Guarapuava/PR

| Número | Municípios | Web -Site |
|--------|------------------------|---|
| 1 | Campina do Simão | http://www.campinadosimao.pr.gov.br/ |
| 2 | Candói | https://www.candoi.pr.gov.br/ |
| 3 | Cantagalo | http://cantagalo.pr.gov.br/ |
| 4 | Espigão Alto do Iguaçu | http://www.espigaoaltoiguacu.pr.gov.br/site/index.php/home |
| 5 | Foz do Jordão | https://www.fozdojordao.pr.gov.br/ |
| 6 | Goioxim | http://www.goioxim.pr.gov.br/ |
| 7 | Guarapuava | https://www.guarapuava.pr.gov.br/ |
| 8 | Inácio Martins | http://www.inaciomartins.pr.gov.br/ |
| 9 | Laranjeiras do Sul | https://www.laranjeirasdosul.pr.gov.br/ |
| 10 | Marquinho | http://www.marquinho.pr.gov.br/ |
| 11 | Nova Laranjeiras | https://www.novalaranjeiras.pr.gov.br/ |
| 12 | Pinhão | http://www.pinhao.pr.gov.br/ |
| 13 | Porto Barreiro | https://www.portobarreiro.pr.gov.br/ |
| 14 | Quedas do Iguaçu | http://quedasdoiguacu.pr.gov.br/ |

| | | |
|----|----------------------|---|
| 15 | Reserva do Iguaçu | http://www.reservadoiguacu.pr.gov.br/ |
| 16 | Rio Bonito do Iguaçu | http://www.riobonito.pr.gov.br/new/ |
| 17 | Turvo | http://www.turvo.pr.gov.br/ |
| 18 | Virmond | http://www.virmond.pr.gov.br/ |

Fonte: Elaborada pelo autor

Os dezoito municípios possuem endereço eletrônico ativo (Quadro 1). Entretanto, não há uma uniformidade na estrutura e *desing* das referidas páginas. O instrumento de coleta de dados se valeu de um *checklist* construído a partir de um rol de itens elaborado a partir do estudo construído por Avelino et al. (2011) e Avelino (2013). O *checklist* está segregado em 14 (quatorze) dimensões que compõem a estrutura do Índice de *Disclosure* Voluntario Municipal (IDV-M). A seguir (Quadro 2) são apresentadas as referidas dimensões, bem como a pontuação máxima por dimensão e respectivas fontes de pesquisa.

Quadro 2- Dimensões do IDV-M

| DIMENSÃO | FONTE DA PESQUISA | PONTUAÇÃO MÁXIMA |
|--|---|------------------|
| I – Visão geral do Município | Avelino <i>et al</i> (2011) Avelino (2013) | 16 pts. |
| II – Relação com os cidadãos | Avelino <i>et al</i> (2011) Avelino (2013) | 14 pts. |
| III – Análise do portal dos municípios | Avelino <i>et al</i> (2011) Avelino (2013) | 14 pts. |
| IV – Contratação de Serviços | Avelino <i>et al</i> (2011) Avelino (2013) | 4 pts. |
| V – Urbanismo e obras públicas | Avelino <i>et al</i> (2011) Avelino (2013) | 10 pts. |
| VI – Assistência Social | Avelino <i>et al</i> (2011) Avelino (2013) | 6 pts. |
| VII – Meio Ambiente | Avelino <i>et al</i> (2011) Avelino (2013) | 14 pts. |
| VIII – Educação e Cultura | Avelino <i>et al</i> (2011) Avelino (2013) | 14 pts. |
| IX – Segurança Pública | Avelino <i>et al</i> (2011) Avelino (2013) | 4 pts. |
| X – Administração | Avelino <i>et al</i> (2011) Avelino (2013) | 8 pts. |
| XI – Saúde e Saneamento | Avelino <i>et al</i> (2011) Avelino (2013) | 8 pts. |
| XII – Transporte Urbano | Avelino <i>et al</i> (2011) Avelino (2013) | 6 pts. |
| XIII – Layout dos relatórios | Avelino <i>et al</i> (2011) Avelino (2013) | 2 pts. |
| XVI – Relatórios/ informações Contábeis Adicionais | Avelino <i>et al</i> (2011) Avelino (2013) | 14 pts. |
| TOTAL | | 134 pts. |

Fonte: Elaborada pelo autor

Cada dimensão (Quadro 2) apresenta uma lista de informações (*checklist*) sobre a sua divulgação ou não as quais foram verificadas nos respectivos sites dos municípios da microrregião de Guarapuava (Quadro 1). As informações divulgadas permitem avaliar o contexto de cada um dos 18 municípios estudados, conseqüentemente demonstrando um panorama da região analisada, no que se refere ao nível de transparência pública praticado pelos municípios quando analisados conjuntamente.

Nesse sentido, para a construção do Índice de *Disclosure* Municipal (IDV-M) foram atribuídos pesos, sendo 2 (dois) para cada informação divulgada dentro da referida dimensão, e 0 (zero), caso a informação não tenha sido publicada. A seguir são apresentados os itens que compõem cada dimensão e suas respectivas fontes documentais, iniciando-se pela dimensão Visão Geral do Município (Quadro 3).

Quadro 3- Dimensão Visão Geral do Município

| DIMENSÃO | ITENS | INSTRUMENTOS |
|--------------------------|---|----------------------------|
| Visão Geral de Município | 1. Divulgação de informações sobre os órgãos vinculados ao Município; | Portal eletrônico |
| | 2. Divulgação da estrutura organizacional do Município em forma gráfica; | Organograma administrativo |
| | 3. Divulgação de e-mail ou formulário de contato do prefeito, secretários e/ou vereadores do Município; | Portal eletrônico |
| | 4. Divulgação de endereço eletrônico (e-mail ou <i>site</i>) de órgãos municipais | Portal eletrônico |
| | 5. Divulgação de informações sobre o perfil socioeconômico da população; | Relatório CAD U |
| | 6. Divulgação dos dados biográficos e profissionais do prefeito e vereadores; | Curriculum vitae |
| | 7. Divulgação da relação dos cargos de confiança do Município e suas respectivas atribuições; | Portal eletrônico |
| | 8. O Município possui Agenda 21 Local e disponibiliza informações a ela concernentes; | Planejamento estratégico |

Fonte: Adaptado de Avelino (2013)

A dimensão visão geral de município é composta por 8 itens. Os dados estão disponibilizados no portal do município, parte em sua *web feed* e nos documentos indexados no referido portal, como por exemplo: organograma administrativo; relatório cadastro único; curriculum vitae; e planejamento estratégico entre outras (Quadro 3). As referidas informações

irão evidenciar o perfil dos representantes públicos, a estrutura do município, o perfil sócio econômico da população e aspectos relacionados a Agenda 21.

A segunda dimensão intitula-se relação com os cidadãos e apresenta um elenco de 7 itens. No (Quadro 4) evidenciam-se os dados a serem coletados para composição da referida dimensão.

Quadro 4 - Dimensão relação com cidadãos

| DIMENSÃO | ITENS | INSTRUMENTOS |
|-------------------------|---|-------------------------|
| Relação com os Cidadãos | 9. Divulgação de informações sobre concursos públicos e/ou outras oportunidades de emprego; | Porta eletrônico |
| | 10. Divulgação de dados (número ou porcentagem) de solicitações de cidadãos atendidas pelos órgãos municipais; | Portal eletrônico |
| | 11. O portal eletrônico do Município permite dar entrada e/ou fazer acompanhamento de processos junto aos órgãos municipais; | Portal eletrônico |
| | 12. Divulgação de informações sobre audiências públicas, incluindo as apresentações dos relatórios/resultados das audiências já realizadas; | Portal da transparência |
| | 13. Divulgação da versão <i>online</i> do Diário Oficial do Município; | Portal da transparência |
| | 14. Divulgação de informações sobre apoios e/ou subvenções concedidas a ONGs (associações, instituições culturais, sociais); | Portal eletrônico |
| | 15. O Município possui mecanismos de orçamento participativo e disponibiliza as informações necessárias para a participação dos cidadãos; | Portal da transparência |

Fonte: Adaptado de Avelino (2013)

Os dados e informações a serem extraídos contam no portal eletrônico/*website*, permitindo elencar as informações acerca da relação com os cidadãos. Dessa forma, na referida dimensão está evidenciada a relação de transparência do órgão público para com a população, permitindo que a sociedade tenha acesso a informações sobre suas demandas (Quadro 4).

A seguir (Quadro 5) apresentam-se os itens que compõem a terceira dimensão, intitulada análise do portal do Município.

Quadro 5 - Dimensão análise do portal do município

| DIMENSÃO | ITENS | INSTRUMENTOS |
|--------------------------------|---|---|
| Análise do Portal do Município | 16. O portal eletrônico do Município possui a ferramenta de “Mapa do site” para facilitar a busca de informações por parte do cidadão; | Portal eletrônico e portal da transparência |
| | 17. O portal eletrônico do Município possui ferramenta de busca do conteúdo do portal por meio de palavras-chaves; | Portal eletrônico e portal da transparência |
| | 18. O portal eletrônico do Município disponibiliza endereço eletrônico ou formulário de contato para registro de reclamações, comentários e sugestões; | Portal eletrônico/web – site |
| | 19. Após o envio de e-mail ou preenchimento de formulário de contato, é remetida ao cidadão uma resposta automática, informando quanto tempo, aproximadamente, levará até que a solicitação efetuada seja respondida; | Portal eletrônico/web – site |
| | 20. O portal eletrônico do Município oferece serviço de Ouvidoria <i>online</i> ; | Portal eletrônico/web – site |
| | 21. O portal eletrônico do Município oferece informações em outros idiomas; | Portal eletrônico/web – site |
| | 22. O portal eletrônico do Município fornece acessibilidade a deficientes visuais; | Portal eletrônico/web – site |

Fonte: Adaptado de Avelino (2013)

A dimensão análise do portal do município é composta por 7 itens, os quais são encontrados no *website* dos respectivos portais eletrônico e da transparência. O portal tem por propósito facilitar o uso, pelo cidadão, das funcionalidades que a tecnologia proporciona. Nesse sentido, o município oportuniza relações com a sociedade por meio de ferramentas, como ouvidoria e acesso a reclamações pela população, entre outras acessibilidades oportunizadas pela tecnologia.

A quarta dimensão, intitulada de contratação de serviços (Quadro 6) evidencia os dados a serem coletados para composição da dimensão.

Quadro 6 - Dimensão contratação de serviços

| DIMENSÃO | ITENS | INSTRUMENTOS |
|----------|---|---------------------------|
| | 23. Divulgação de informações sobre os processos licitatórios, evidenciando tanto as entidades ganhadoras, quanto aquelas não | Portal eletrônico/website |

| | | |
|-------------------------|---|---------------------------|
| Contratação de serviços | selecionadas, bem como os motivos considerados para a eliminação desta últimas; | |
| | 24. Divulgação de uma lista ou da quantia das operações com os principais fornecedores e/ou prestadores de serviços do município; | Portal eletrônico/website |

Fonte: Adaptado de Avelino (2013)

A dimensão contratação de serviços está relacionada ao vínculo do município com a contratação de serviços, consequentemente importante informação a ser disponibilizada para sociedade. Aqui é possível observar a relação com o pilar da transparência. Os dados estão dentro dos processos licitatórios e restritos a dois itens que devem estar no portal eletrônico nos respectivos *websites* (Quadro 6).

A dimensão denominada urbanismo e obras públicas e seus respectivos itens são evidenciados a seguir, no (Quadro 7).

Quadro 7 - Dimensão urbanismo e obras públicas

| DIMENSÃO | ITENS | INSTRUMENTOS |
|----------------------------|---|------------------------------|
| Urbanismo e Obras Públicas | 25. Divulgação de informações sobre o uso e ocupação do solo; | Plano diretor |
| | 26. Divulgação de informações sobre os projetos e os critérios das licitações das obras públicas; | Portal eletrônico/web – site |
| | 27. Divulgação de informações sobre as modificações nos projetos das obras públicas; | Portal eletrônico/web – site |
| | 28. Divulgação de listas com os nomes das empresas que realizaram as obras públicas; | Portal eletrônico/web – site |
| | 29. Divulgação de informações sobre os prazos de execução das obras públicas; | Portal eletrônico/web – site |

Fonte: Adaptado de Avelino (2013)

A dimensão urbanismo e obras públicas (Quadro 7) refere-se à divulgação de informações a respeito de investimentos em obras públicas realizados pela prefeitura do município. A exceção das informações a respeito do solo, as demais são encontradas no portal eletrônico dos referidos municípios, bem como no plano diretor municipal.

No (Quadro 8) evidenciam-se os dados a serem coletados para composição da dimensão Assistência Social.

Quadro 8 - Dimensão assistência social

| DIMENSÃO | ITENS | INSTRUMENTOS |
|----------|--|-------------------------|
| | 30. Divulgação de informações sobre acolhimento institucional; | Portal da transparência |

| | | |
|--------------------|--|-------------------------|
| Assistência Social | 31. Divulgação de informações sobre proteção e auxílio a portadores de necessidades especiais; | Portal da transparência |
| | 32. Divulgação de informações sobre políticas sociais; | Portal da transparência |

Fonte: Adaptado de Avelino (2013)

A dimensão assistência social, composta por três itens, traz informações que devem estar evidenciadas no portal da transparência. Na referida dimensão espera-se a divulgação de informações a respeito de projetos que demonstrem a preocupação do poder público com a inclusão social (Quadro 8).

O (Quadro 9) evidencia a relação de dados a serem coletados para compor a dimensão meio ambiente.

Quadro 9 - Dimensão meio ambiente

| DIMENSÃO | ITENS | INSTRUMENTOS |
|---------------|---|------------------------------|
| Meio Ambiente | 33. Divulgação de informações sobre Impactos Ambientais: reciclagem; | Portal eletrônico/web – site |
| | 34. Divulgação de informações sobre Impactos Ambientais: descontaminação e recuperação de terras e águas; | Portal eletrônico/web – site |
| | 35. Divulgação de informações sobre Impactos Ambientais: preservação de recursos naturais; | Portal eletrônico/web – site |
| | 36. Divulgação de informações sobre Impactos Ambientais: reflorestamento; | Portal eletrônico/web – site |
| | 37. Divulgação das despesas e investimentos relacionados à gestão ambiental; | Portal eletrônico/web – site |
| | 38. Divulgação de informações sobre as iniciativas realizadas em termos de Educação Ambiental; | Portal eletrônico/web – site |
| | 39. Divulgação de informações sobre incentivo e apoio a pesquisas ambientais; | Portal eletrônico/web – site |

Fonte: Elaborado pelo autor

A dimensão meio ambiente (Quadro 9) contempla sete itens que atentam para informações a respeito da gestão ambiental, informando a população em relação de ações que demonstrem o comprometimento do setor público para com a preservação ambiental. Os dados devem ser encontrados no portal eletrônico, dentro dos respectivos *websites*.

Outra dimensão trata das informações relacionadas a Educação e Cultura, cuja dimensão é composta por um conjunto de informações, conforme evidenciado a seguir (Quadro10).

Quadro 10 - Dimensão Educação e Cultura

| DIMENSÃO | ITENS | INSTRUMENTOS |
|--------------------|---|--|
| Educação e Cultura | 40. Número ou relação dos estabelecimentos de ensino; | Portal eletrônico/porta da transparência |
| | 41. Número de alunos matriculados; | Portal eletrônico/porta da transparência |
| | 42. Gasto médio por aluno ou gastos totais em educação; | Portal eletrônico/porta da transparência |
| | 43. Taxa de alfabetização; | Portal eletrônico/porta da transparência |
| | 44. Número ou relação de professores; | Portal eletrônico/porta da transparência |
| | 45. Número ou relação de estabelecimentos culturais no município (teatro, cinema, parques); | Portal eletrônico/porta da transparência |
| | 46. Divulgação de informações sobre programas de incentivo à cultura; | Portal eletrônico/porta da transparência |

Fonte: Adaptado de Avelino (2013)

Importante dimensão da gestão pública, as ações no campo da educação têm nos sete itens mencionados, relevante oportunidade para informar a sociedade a respeito de ações voltadas para a Educação. As informações foram extraídas dos portais eletrônico e da transparência. Os dados relacionados a Educação, são de natureza física quantitativa (Quadro 10).

A Nona dimensão intitulada de Segurança Pública possui dois itens de observação e sua composição é expressa a seguir (Quadro 11).

Quadro 11 - Dimensão Segurança Pública

| DIMENSÃO | ITENS | INSTRUMENTOS |
|-------------------|--|----------------------------|
| Segurança Pública | 47. Número de policiais efetivos no município; | Portal eletrônico/web site |
| | 48. Número ou relação de delegacias instaladas no município; | Portal eletrônico/web site |

Fonte: Adaptado de Avelino (2013)

A referida dimensão (Quadro 11) evidencia dados a respeito da estrutura de delegacias dispostas na área geográfica de abrangência do município. A referida informação reflete uma das vertentes e demandas da política de segurança pública. Os dados estão evidenciados no portal eletrônico do município.

A décima dimensão intitulada de Administração, apresenta informações dispostas em quatro itens. Os dados estão evidenciados no (Quadro 12).

Quadro 12 - Dimensão Administração

| DIMENSÃO | ITENS | INSTRUMENTOS |
|---------------|--|---|
| Administração | 49. Informações sobre treinamento/qualificação de funcionários; | Portal eletrônico/ Portal da transparência |
| | 50. Número ou relação de servidores; | Portal da transparência/ quadro funcional |
| | 51. Salário médio dos servidores; | Portal da transparência/remuneração dos agentes públicos. |
| | 52. Planos de carreira (cargos e salários) dos servidores públicos municipais; | Portal da transparência |

Fonte: Adaptado de Avelino (2013)

A dimensão Administração evidencia dados relacionadas a composição do quadro funcional dos servidores. Nesse sentido, informações a respeito da remuneração dos servidores e respectivos planos de carreira (Quadro 12). A base de dados que guarda as referidas informações deverá estar contida nos portais eletrônicos e de transparência.

A décima primeira dimensão intitulada de Saúde e Saneamento evidencia seus dados conforme demonstrado a seguir (Quadro 13).

Quadro 13 - Dimensão saúde e saneamento

| DIMENSÃO | ITENS | INSTRUMENTOS |
|--------------------|--|--|
| Saúde e Saneamento | 53. Número ou relação de hospitais ou unidades de saúde do município; | Portal eletrônico/porta da transparência |
| | 54. Gasto <i>per capita</i> na área de saúde ou gastos totais; | Portal da transparência |
| | 55. Número de médicos; | Portal da transparência |
| | 56. Número de domicílios ou percentual populacional com acesso a serviço de saneamento básico. | Portal eletrônico/ web site |

Fonte: Adaptado de Avelino (2013)

A dimensão Saúde e Saneamento é composta por 4 itens, em que as informações serão extraídas dos portais eletrônico e da transparência, nos respectivos *websites* das prefeituras. A referida dimensão reporta a estrutura física e humana voltada para o atendimento na dimensão de saúde e saneamento para população (Quadro 13).

A décima segunda dimensão evidencia informações relacionadas ao Transporte Urbano. Os dados estão indicados no (Quadro 14).

Quadro 14 - Dimensão transporte urbano

| DIMENSÃO | ITENS | INSTRUMENTOS |
|-------------------|---|-------------------------|
| Transporte Urbano | 57. Divulgação de informações sobre as infrações processadas; | Portal da transparência |
| | 58. Divulgação de informações sobre a frota do sistema de | Portal da transparência |

| | | |
|--|---|-------------------------|
| | transporte alternativo e transporte coletivo; | |
| | 59. Divulgação de informações sobre as linhas e roteiros do transporte municipal; | Portal da transparência |

Fonte: Adaptado de Avelino (2013)

A dimensão transporte urbano conta com 3 itens, dispostos no portal da transparência. As informações dizem respeito a frota de veículos disponibilizados ao transporte coletivo. Soma-se as referidas informações, dados que informam sobre infrações registradas (Quadro 14).

A décima terceira dimensão denomina-se *Layout* dos Relatórios. Os dados evidenciam a presença de utilização de recursos gráficos na apresentação dos relatórios publicados. (Quadro 15).

Quadro 15 - Layout dos Relatórios

| DIMENSÃO | ITENS | INSTRUMENTOS |
|-----------------------|---------------------------------------|-------------------------|
| Layout dos Relatórios | 60 - Utilização de recursos gráficos; | Portal da transparência |

Fonte: Adaptado de Avelino (2013)

A décima quarta e última dimensão intitula-se Relatórios/Informações Contábeis Adicionais, no (Quadro 16), evidência os dados a serem coletados para composição da referida dimensão.

Quadro 16 - Dimensão Relatórios/Informações Contábeis Adicionais

| DIMENSÃO | ITENS | INSTRUMENTOS |
|---|---|-------------------------|
| Relatórios/Informações Contábeis Adicionais | 61. Balanço Social; | Portal da transparência |
| | 62. Balanços em Correção Monetária Integral; | Portal da transparência |
| | 63. Relatórios da Auditoria e/ou Controle Interno; | Portal da transparência |
| | 64. Demonstração dos Fluxos de Caixa; | Portal da transparência |
| | 65. Demonstração do Resultado Econômico; | Portal da transparência |
| | 66. Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável (<i>Impairment</i>); | Portal da transparência |
| | 67. Depreciação, Amortização e Exaustão; | Portal da transparência |

Fonte: Adaptado de Avelino (2013)

A dimensão Relatórios/Informações Contábeis Adicionais contém sete itens, os quais evidenciam informações de natureza contábil. A perspectiva dessa dimensão é promover a transparência na gestão do patrimônio público, a partir de informações sobre os números que

compuseram financiamentos e respectivos investimentos, assim como os resultados advindos da referida gestão (Quadro 16).

3.3 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS

Os dados serão analisados a partir da verificação da relação existente entre uma variável dependente denominada Índice de *Disclosure* Voluntario Municipal (IDV-M) e as seguintes variáveis independentes: escolaridade do gestor; idade; receita orçamentária; transferências de recursos da União para os Municípios; PIB per capita; Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-IDHM; taxa de alfabetização; Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal-IFDM, e População. A seguir são apresentadas como se dará a construção das referidas variáveis.

3.3.1 Variáveis da pesquisa: variável dependente

A construção do índice que irá avaliar o nível de transparência pública praticado pelos municípios da microrregião de Guarapuava/PR tem como base a construção do índice de *Disclosure* voluntário municipal IDV-M. O referido indicador será composto por 67 itens, distribuídos entre as dimensões que sustentam a estrutura do índice, contendo informações que podem ou poderiam estar presentes nos *websites* dos municípios selecionados.

A seguir (Quadro 17) são apresentadas as dimensões que foram utilizadas para construção do Índice de *Disclosure* Voluntário Municipal - IDV-M e seus respectivos pesos.

Quadro 17 - Construção do IDV-M

| DIMENSÃO | NÚMERO DE ITENS | PONTUAÇÃO MÁXIMA DOS CRITÉRIOS/ITENS |
|---|-----------------|--------------------------------------|
| Visão Geral do Município | 8 itens | Pontuação máxima: 16 |
| Relação com Cidadãos | 7 itens | Pontuação máxima: 14 |
| Análise do portal do Municípios | 7 itens | Pontuação máxima: 14 |
| Contratação e Serviços | 2 itens | Pontuação máxima: 4 |
| Urbanismo e Obras | 5 itens | Pontuação máxima: 10 |
| Assistência social | 3 itens | Pontuação máxima: 6 |
| Meio Ambiente | 7 itens | Pontuação máxima: 14 |
| Educação e Cultura | 7 itens | Pontuação máxima: 14 |
| Segurança | 2 itens | Pontuação máxima: 4 |
| Administração | 4 itens | Pontuação máxima: 8 |
| Saúde e Saneamento | 4 itens | Pontuação máxima: 8 |
| Transporte Urbano | 3 itens | Pontuação máxima: 6 |
| Layout dos Relatórios | 1 item | Pontuação máxima: 2 |
| Relatórios/Informações Contábeis Adicionais | 6 itens | Pontuação máxima: 14 |
| Pontuação total: 134 | | |

Fonte: adaptada pelo autor

Cada item será verificado sua presença total, nas referidas bases documentais, permitindo a mensuração do respectivo item. O peso/nota atribuído a cada item, irá variar entre 0 (zero) e no máximo 2 (dois) conforme (Quadro 17).

3.3.2 Variáveis de pesquisa: variáveis independentes

Cruz (2010) destaca que municípios mais desenvolvidos se encontram em melhores condições (econômicas, sociais, políticas e tecnológicas) e sugerem possuir estruturas melhores em relação aos seus portais eletrônicos. A seguir, o (Quadro 18) detalha as variáveis de estudo. As variáveis independentes, as quais denominam-se explicativas, estão ligadas a questões socioeconômicas.

Quadro 18 - Variáveis dependentes e independentes

| VARIÁVEIS DEPENDENTES | VARIÁVEIS INDEPENDENTES | BASE DE DADOS | FONTE DA PESQUISA |
|--|---|--|---|
| Índice de <i>Disclosure</i> voluntario municipal – IDV-M | Escolaridade | Tribunal Superior Eleitoral - TSE | Avelino <i>et al</i> (2011) Avelino (2013) |
| | Idade | Tribunal Superior Eleitoral - TSE | Avelino <i>et al</i> (2011) Avelino (2013) |
| | Receita Orçamentária | Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCEPR | Avelino <i>et al</i> (2011) Avelino (2013) |
| | Transferência de Recursos da União | Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCEPR | Avelino <i>et al</i> (2011) Avelino (2013) |
| | Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM | Homepage da Firjan | Avelino <i>et al</i> (2011) Avelino (2013) |
| | Pib per capita | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE | Avelino <i>et al</i> (2011) Avelino (2013) |
| | O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE | Avelino <i>et al</i> (2011) Avelino (2013) |
| | Taxa de Alfabetização (ALF) | Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil | Avelino <i>et al</i> (2011) Avelino (2013) |
| | Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) | Homepage IFGF | Avelino <i>et al</i> (2011) Avelino (2013) |
| | População | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE | Avelino <i>et al</i> (2011) Avelino (2013) |

Fonte: adaptada pelo autor

A Escolaridade do (a) gestor (a) Municipal (ESC1, ESC2 e ESC3) é uma variável de natureza qualitativa, devendo ser coletada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A informação evidenciará a formação dos gestores municipais dentro de uma escala composta por três níveis

de escolaridade: nível fundamental ou inferior; nível médio; e formação superior. Dessa forma para representar a variável em questão, são utilizados três termos indicadores: ESC1, ESC2 e ESC3. Quando o grau de escolaridade do(a) gestor(a) municipal apresentar nível fundamental ou inferior, a representação será ESC1 = 1, se o(a) gestor(a) municipal possui ensino médio completo e ESC2 = 2, se o (a) gestor (a) municipal possui formação superior completa e ESC3 = 3.

Em relação a variável **Idade do (a) gestor (a) Municipal**, trata-se de uma variável de natureza quantitativa representada pelo número de anos completos que o gestor possui na data da coleta dos dados.

Com relação a variável **Receita orçamentária (REC)**, a mesma é de natureza quantitativa e encontra-se no banco de dados Finanças do Brasil (FINBRA), disponível no portal eletrônico da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Deverá ser utilizado o ano 2020 como referência.

Outra variável de natureza quantitativa, diz respeito as **Transferências de recursos da União para os Municípios (TRANSF)**. A referida informação está disponível no site Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCEPR, onde deverá ser utilizado o ano 2020 como referência.

O **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)** trata-se de uma variável de natureza quantitativa, disponível na *homepage* da Firjan (<http://www.firjan.org.br>). Os dados referem-se à edição 2018, ano base 2016. Outro indicador relacionado ao Firjan, diz respeito ao **Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF)**, o qual está contido no banco de da *homepage* (<https://www.firjan.com.br/ifgf/>) Edição 2018- ano-Base 2016.

O **PIB per capita (PIB)** será obtido no banco de dados do IBGE, referente ao ano de 2010 (Censo Demográfico 2010). Já, o **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)** é obtido a partir de informações do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2013). Ambas as variáveis são de natureza quantitativa.

A **Taxa de Alfabetização (ALF)** constitui uma variável de natureza quantitativa, obtida a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2013), referente ao ano de 2010.

População (POPUL): variável de natureza quantitativa; foi obtida através do IBGE cidades, referente a estimativa populacional referente ao ano de 2020.

O modelo que será utilizado para testar a associação entre o Índice de *Disclosure* Voluntário Municipal (IDV-M) e as variáveis independentes está representada pela fórmula a seguir.

$$IDVM_i = \beta_0 + \beta_1 ESC1_i + \beta_2 ESC2_i + \beta_3 ESC3_i + \beta_4 IDADE_i + \beta_5 REC_i + \beta_6 TRANSF_i + \beta_7 IFDM_i + \beta_8 PIB_i + \beta_9 IDHM_i + \beta_{10} ALF_i + \beta_{11} IFGF_i + \beta_{12} POPUL + \varepsilon_i$$

Em que,

- a. IDVM (Índice de *Disclosure* Voluntario Municipal) = variável independente
- b. ESC1 (Escolaridade 1) = 1 se o grau de escolaridade do(a) gestor(a) municipal refere-se ao nível fundamental ou inferior; = 0, caso contrário;
- c. ESC2 (Escolaridade 2) = 2 se o(a) gestor(a) municipal possui ensino médio completo; =0, caso contrário;
- d. ESC3 (Escolaridade 3) = 3 se o (a) gestor (a) municipal possui formação superior completa e ESC3 = 0, caso contrário.
- e. IDADE variável de natureza quantitativa por anos completo
- f. REC (Receita orçamentária) = logaritmo natural(*ln*) da receita orçamentária de 2019;
- g. TRANSF (Transferências de recursos da União para os Municípios) = *ln* do montante de recursos repassados a cada município em 2020;
- h. IFDM (Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal) = logaritmo natural(*ln*) IFDM de 2018;
- i. PIB (PIB *per capita*) = logaritmo natural (*ln*) do PIB *per capita* de 2017;
- j. IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) = logaritmo natural(*ln*) IDHM de 2018;
- k. ALF (Taxa de alfabetização) = % de pessoas acima de 15 anos alfabetizadas em IBGE censo 2010;
- l. IFGF (Índice Firjan de Gestão Fiscal) = logaritmo natural(*ln*) IFGF de 2018;
- m. POPUL (População) = *ln* da população total do município em 2020;
- n. ε_i = erro do modelo

Optou-se por operacionalizar os dados por meio do programa R (RStudio), em que os dados serão submetidos a uma regressão linear. Para Rodrigues e Paulo (2009, p. 5) “a utilização da referida regressão consiste em uma técnica que permite descrever por meio de um modelo matemático a relação entre uma variável dependente quantitativa e duas ou mais variáveis independentes quantitativas ou qualitativas (variáveis dummies).”

3.4 HIPÓTESES DE PESQUISA

Na perspectiva de verificar o relacionamento entre as variáveis coletadas na pesquisa, foram estabelecidas hipóteses para identificar a relação entre a variável dependente (IDV-M) e as variáveis explicativas. A seguir apresenta-se a fundamentação das referidas hipóteses:

H1: A escolaridade do(a) gestor(a) municipal é estatisticamente significativa quando relacionada ao IDV-M.

Segundo Otero (2012) a educação é uma realidade complexa sobre a qual se fala com frequência e que todos, em maior ou menor grau, se preocupam e interessam. Apesar das diversas formas de se entender a educação, percebe-se que sem ela não seria possível o crescimento individual e social, e naturalmente ela aponta o aperfeiçoamento do ser humano.

Avellaneda (2010) em sua pesquisa, ao abordar questões que explica o desempenho municipal em termos de prestação de serviços sociais e desempenho fiscal, sugere que a maior influência no desempenho municipal seja a de gerentes qualificados, ou seja, as qualificações do prefeito influenciam o desempenho municipal. A experiência educacional dos agentes públicos são qualificações de suma importância e agregam ao capital humano.

Avelino (2013) alinha com a abordagem tradicional relacionada à escolaridade e comportamento político, especificamente ligado a aspectos de legitimidade e eficácia política. Pressupõe-se neste estudo, que há diferença significativa no nível de divulgação de informações voluntárias nos portais eletrônicos dos municípios da amostra quando se considera a escolaridade do(a) gestor(a) municipal.

H2: idade do(a) gestor(a) municipal é estatisticamente significativa quando relacionada ao IDV-M.

Cassell e Mullay (2012) destacam que pessoas mais idosas, geralmente apresentam dificuldades lidar com as ferramentas que a *internet* oferece, bem como há um maior envolvimento do público jovem na política local fazendo com que se intensifiquem o uso de sites governamentais. Pinho (2008) salienta ainda que a capacidade é um ponto chave para entender e analisar dados, em que pessoas com idade mais avançada tendem a ter mais dificuldade manusear ferramentas da rede.

O comitê gestor da *internet* no Brasil criado pela Portaria Interministerial nº 147, de 31 de maio de 1995, em seu estudo (2018, p.23):

Na última década, presenciamos um crescimento notável do número de usuários de Internet no Brasil. Saímos de 39% da população brasileira que usava a Internet, em 2009, para 70%, em 2018, o que representa uma estimativa de 126,9 milhões de indivíduos com dez anos ou mais conectados à rede, a proporção chegou a 90% entre os jovens na faixa etária de 16 a 24 anos.

Dessa forma diante de pesquisas já realizadas referente a idade, pressupõem-se que a idade tenha relação direta com a transparência pública relacionada ao IDV-M.

H3: A receita orçamentária do município é estatisticamente significativa e positiva quando relacionada ao IDV-M.

Para Lima e Filho (2016, p.14):

A receita orçamentária municipal trata-se das disponibilidades de recursos financeiros que ingressam nos cofres públicos. É um instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, logo, a receita orçamentária é fonte de recursos utilizada pelo Estado em programas e ações, cuja finalidade principal é atender às necessidades públicas e demandadas da sociedade.

As entidades públicas apresentam capacidade de auferir receitas advindas da arrecadação em forma de tributos, contribuições, receitas de serviços, transferências e outros. Cruz (2010) expressa que municípios com melhores condições econômicas decorrente de volumes maiores de recursos arrecadados, tendem a implantar melhores sites/ portais eletrônicos bem como divulgam mais informações.

H4: A transferência de recursos da União para os Municípios é estatisticamente significativa e positiva quando relacionada ao IDV-M.

De acordo com Cataia (2011) a constituição de 1988 prevê o princípio da subsidiariedade, na qual a transferência dos governos subnacionais com responsabilidade da totalidade dos recursos, bem como existe transferências da União para os Estados e Municípios e dos Estados para os Municípios.

Cataia (2011) ressalta que além das transferências constitucionais legais, ainda existem as transferências voluntárias, recursos esses repassados pela União aos Estados e Municípios via convênios, cujo finalidade é a construção de obras e serviços de interesse comum e coincidente às três esferas de governo. Contudo, diferentemente das transferências Constitucionais e Legais, as Transferências Voluntárias exigem contrapartida e não são de uso incondicional

Por fim independente das transferências de recursos oriundas da União seja legal ou voluntária, a mesma proporciona melhores condições econômicas aos municípios contemplados, logo se pressupõe que municípios com um maior volume de recursos tende a divulgar mais informações bem como é um mecanismo de prestação de contas em relação aos recursos recebidos.

H5: O IFDM é estatisticamente significativo quando relacionado ao IDV-M e esta relação é positiva.

Referência para o acompanhamento do desenvolvimento socioeconômico brasileiro, o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) monitora, a partir do uso exclusivo de estatísticas públicas oficiais, três áreas a saber: Emprego e Renda, Educação e Saúde, utilizando exclusivamente. Especificamente, são acompanhadas as conquistas e os desafios socioeconômicos brasileiros pelo prisma da competência municipal, a partir da manutenção de um ambiente de negócios propício à geração local de emprego e renda, educação infantil e fundamental e atenção básica em saúde (FIRJAN, 2018).

O resultado do IFDM é explicado, diretamente, pela dinâmica das vertentes que o compõem. Assim, é possível traçar o caminho a ser trilhado para levar aos cidadãos brasileiros educação e saúde de qualidade, assim como acesso a um mercado de trabalho formalizado, dinâmico, com crescimento do emprego e melhor distribuição da renda. (FIRJAN, 2018).

Nesse sentido. Cruz (2010) pressupõem que municípios com melhores indicadores socioeconômicos, tais como o IFDM, tenderiam a apresentar melhores níveis de divulgação voluntária em seus portais eletrônicos.

Bernardo, Reis e Sedyam (2017) destacam e reafirmam os achados de Cruz (2010), ou seja, que os fatores socioeconômicos, bem como demográfico e financeiro podem ter poder explicativo sobre o nível de transparência da gestão pública municipal, onde identificar esses fatores a uma contribuição ao aprimoramento da administração pública.

H6: O PIB per capita do município é estatisticamente significativo quando relacionado ao IDV-M e esta relação é positiva.

Conforme salienta Cruz (2010), o PIB *per capita* municipal é um indicador do nível de atividade econômica do município, sendo calculado pelo valor total dos bens e serviços produzidos, dividido pela população total.

Para alguns autores (AKUTSU E PINHO, 2002; STYLES E TENNYSON, 2007; (SANTANA JUNIOR, 2008; E CRUZ, (2010) há um resultado positivo e significativo com o nível de transparência e divulgação pública, quando relacionado PIB per capita com o IDV-M.

H7: O IDH-M é estatisticamente significativo quando relacionado ao IDV-M e esta relação é positiva.

O índice de desenvolvimento humano (IDH) para o PNUD (2013) é uma medida composta por 3 (três) indicadores, o qual representam a oportunidade de uma sociedade de ter vidas longas e saudáveis, de ter acesso a conhecimento e de ter comando sobre os recursos de forma a garantir um padrão de vida digno, no qual o IDHM é um número que varia entre 0 e 1, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de um município.

Ainda para o PNUD (2013), embora inspirado pelo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – global, o IDHM possui ajustes para melhor se adequar à realidade brasileira, adaptando-se às bases de dados do Censo e às características inatas aos municípios.

Avelino (2013) destaca que o IDH foi analisado nos estudos de Oliveira, Silva e Moraes (2008), Cruz (2010), sendo que, de forma similar ao considerado por Cruz (2010), pressupõe-se que municípios mais desenvolvidos apresentem melhores níveis de evidenciação, culminando em uma maior transparência eletrônica de sua gestão. Ou seja, quanto maiores e positivos se apresentarem os indicadores socioeconômicos, maior será a divulgação visto que possuem maiores recursos, reafirmando assim os achados de, Silva e Moraes (2008); e Cruz (2010).

H8: O IFGF é estatisticamente significativo quando relacionado ao IDV-M e esta relação é positiva.

Na busca de contribuir para uma gestão pública eficiente e democrática, o FIRJAN desenvolveu o IFGF, o qual é composto por cinco indicadores: Receita Própria, Pessoal, Investimentos, Liquidez e Custo da Dívida. O referido indicador tem como base de dados as estatísticas oficiais disponibilizadas anualmente pela Secretaria do Tesouro Nacional, constituídas por informações orçamentárias e patrimoniais prestadas pelos próprios municípios (FIRJAN,2019).

Avelino (2013) destaca que o IFGF pode ser tratado como uma ferramenta de *accountability*, diante da qual pressupõe-se que municípios com melhores desempenhos no índice em questão tenderiam a apresentar melhores níveis de divulgação voluntária em seus portais eletrônicos.

H9: A taxa de alfabetização do município é estatisticamente significativa quando relacionada ao IDV-M e esta relação é positiva.

Segundo o IBGE (2016) a taxa de alfabetização consiste no percentual de pessoas de 15 anos ou mais de idade que são alfabetizadas, ou seja, pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece, inclusive a pessoa alfabetizada que se tornou física ou mentalmente incapacitada de ler ou escrever. A taxa de alfabetização relacionada ao IDV-M já foi analisada nos estudos de Lock (2003), Cruz (2010) e Santana Júnior (2008).

Para Santana Junior (2008, p.67) "alguns indicadores educacionais, relacionados ao grau da população de um Estado podem indicar a capacidade do conjunto dos seus cidadãos em compreender melhor os direitos e deveres individuais e coletivos perante a sociedade. Santana Junior (2008) afirma ainda que, quanto maior o número de pessoas alfabetizadas, maior será a capacidade dessas pessoas em discernir os conceitos de uma gestão pública fiscal responsável e cobrar do gestor público a transparência das contas públicas.

H10: A população do município é estatisticamente significativa quando relacionada ao IDV-M e esta relação é positiva.

De acordo com Ahmed e Courtis (1999), diversos estudos têm apontado o tamanho da empresa como sendo significativamente e positivamente associado a níveis de *disclosure*, Murcia (2009) ressalta que o tamanho teria associação positiva com o *disclosure* na medida em que empresas maiores possuem maior demanda dos stakeholders por informações, nesse sentido Avelino (2013) aponta que o número de habitantes como o indicador de tamanho dos municípios analisados, de forma similar ao número de acionistas, pressupondo-se que um elevado número de cidadãos tenderia a exercer maior pressão para que a entidade pública divulgasse uma maior quantidade e qualidade de informações.

O (Quadro 19) descreve, resumidamente, todas as variáveis utilizadas na pesquisa e seus sinais esperados.

Quadro 19 - Descrição e Sinais esperados das variáveis da pesquisa

| TIPO DE VARIÁVEL | TIPO DE VARIÁVEL | PROXY | SINAL ESPERADO |
|------------------|--|--|----------------|
| Dependente | Índice de <i>Disclosure</i> Voluntário Municipal IDV-M | Pontuação total obtida por cada município no índice em questão | NA |
| Independente | Escolaridade (ESC) | Dummy | + |
| | Idade (IDADE) | Quantitativa | + |

| | | | |
|--|---|--|---|
| | Receita Orçamentária (REC) | Logaritmo natural (ln) da receita orçamentária | + |
| | Transferência de Recursos da União - TRANSF | Logaritmo natural (ln) do montante de recursos repassados a cada município | + |
| | Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM | Logaritmo natural (ln) Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal | + |
| | PIB per capita (PIB) | Logaritmo natural (ln) do PIB per capita | + |
| | O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) | Logaritmo natural (ln) do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal | + |
| | Taxa de Alfabetização (ALF) | Representatividade da população alfabetizada | + |
| | Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) | Logaritmo natural (ln) do Índice Firjan de Gestão Fiscal | + |
| | População | Logaritmo natural (ln) da População | + |

Fonte: Elaborado pelo autor

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO DA MICRORREGIÃO DE GUARAPUAVA/PR

No intuito de analisar a influência de variáveis socioeconômicas no nível de transparência pública praticado pelos municípios da microrregião de Guarapuava/PR, foi necessário levantar a configuração que caracteriza os municípios da referida região.

O Paraná é formado por 399 municípios, que se dividem em 39 microrregiões e 10 mesorregiões. Geograficamente, o estado é o quinto maior em termos populacionais e ocupa o décimo quinto lugar em extensão territorial, configurando-se na quinta maior dentre os estados brasileiros. (IBGE, 2020). Ao referir-se ao estado do Paraná, Costa e Reis (2010) mencionavam indicativos de que haviam disparidades econômicas e sociais enormes entre os municípios.

Partindo do pressuposto que a instrução é um reflexo do investimento em educação, o (Quadro 20), evidencia o nível de escolaridade dos gestores dos respectivos municípios que compuseram a pesquisa. Os dados estão a seguir evidenciados.

Quadro 20 - Nível de escolaridade, idade, taxa de alfabetização e população

| Nº | MUNICÍPIOS | ESCOLARIDADE | IDADE | TAXA DE ALFABETIZAÇÃO | POPULAÇÃO |
|----|------------------------|--------------|-------|-----------------------|--------------|
| 1 | Campina do Simão | ESC2 | 38 | 66,29% | 3.859 hab. |
| 2 | Candói | ESC2 | 56 | 52,19% | 16.053 hab. |
| 3 | Cantagalo | ESC1 | 72 | 50,03% | 13.329 hab. |
| 4 | Espigão Alto do Iguaçu | ESC1 | 75 | 51,99% | 4.048 hab. |
| 5 | Foz do Jordão | ESC2 | 42 | 45,69% | 4.556 hab. |
| 6 | Goioxim | ESC3 | 52 | 65,44% | 7.053 hab. |
| 7 | Guarapuava | ESC3 | 58 | 59,86% | 182.644 hab. |
| 8 | Inacio Martins | ESC2 | 52 | 40,80% | 11.121 hab. |
| 9 | Laranjeiras do Sul | ESC1 | 53 | 63,56% | 32.139 hab. |
| 10 | Marquinho | ESC2 | 32 | 55,92% | 4.340 hab. |
| 11 | Nova Laranjeiras | ESC3 | 49 | 57,18% | 11.507 hab. |
| 12 | Pinhão | ESC1 | 68 | 55,03% | 32.559 hab. |
| 13 | Porto Barreiro | ESC3 | 56 | 74,55% | 3.184 hab. |
| 14 | Quedas do Iguaçu | ESC3 | 48 | 63,91% | 34.409 hab. |
| 15 | Reserva do Iguaçu | ESC3 | 47 | 54,57% | 8.069 hab. |
| 16 | Rio Bonito do Iguaçu | ESC1 | 64 | 56,55% | 13.255 hab. |
| 17 | Turvo | ESC3 | 36 | 47,75% | 13.095 hab. |
| 18 | Virmond | ESC2 | 50 | 70,29% | 4.022 hab. |

Fonte: Elaboração pelo autor

A maioria (11) dos municípios é administrada por gestores com formação até o ensino médio. Embora, a região apresente uma estrutura de oferta de ensino superior público e privado, com pelo menos quatro instituições públicas (UFFS; UTFPR; UNIOESTE; UNICENTRO), é

possível extrair algumas reflexões a partir das respostas. A média de idade dos gestores é de 53 anos, o que poderia explicar a representatividade em relação a instrução dos gestores.

Uma característica da região precisa ser evidenciada, quando o assunto é educação. Presume-se que o investimento do estado em educação superior deve refletir no ambiente de formação da população. Outrossim, merece atenção a inserção no mercado de um expressivo número de instituições de ensino superior voltadas ao ensino a distância. Por fim, cabe um olhar para o número de municípios (12) com uma taxa de alfabetização inferior a 60 %.

A variável idade contemplou dados relativos aos prefeitos em exercício nos 18 municípios pesquisados. Em média, a idade dos gestores executivos ficou em aproximadamente 53 anos, sendo que a idade mínima foi de 32 anos (Marquinho) e a idade mais avançada permeou 75 anos (Espigão Alto do Iguaçu).

Dando sequência a análise das variáveis socioeconômicas destaca-se as informações relativas à receita orçamentaria, transferências de recursos da união e o IFGF. O IFGF vai evidenciar indicativos quanto a gestão fiscal dos municípios de acordo com os recursos financeiros que ingressam nos cofres públicos municipais. A seguir (Quadro 21) apresenta-se a configuração das respostas.

Quadro 21 - Receita Orçamentaria, Transf. Recursos da União e IFGF

| Nº | MUNICIPIOS | RECEITA ORÇAMENTÁRIA | TRANSF. RECURSOS DA UNI. | IFGF |
|----|------------------------|----------------------|--------------------------|--------|
| 1 | Campina do Simão | R\$12.852.999,47 | R\$ 13.579.847,81 | 0.7874 |
| 2 | Candói | R\$43.062.571,03 | R\$ 25.544.564,46 | 0.8324 |
| 3 | Cantagalo | R\$17.977.601,05 | R\$ 19.604.404,79 | 0.4584 |
| 4 | Espigão Alto do Iguaçu | R\$14.892,573.00 | R\$ 13.210.499,68 | 0.6019 |
| 5 | Foz do Jordão | R\$14.757.949,49 | R\$ 14.564.005,05 | 0.4314 |
| 6 | Goioxim | R\$21.354.028,49 | R\$ 12.375.021,16 | 0.6814 |
| 7 | Guarapuava | R\$394.138.955,41 | R\$ 159.057.455,00 | 0.5824 |
| 8 | Inacio Martins | R\$31.813.070,91 | R\$ 19.230.930,35 | 0.7151 |
| 9 | Laranjeiras do Sul | R\$71.400.384,66 | R\$ 43.416.574,65 | 0.6449 |
| 10 | Marquinho | R\$12.297.801,84 | R\$ 18.084.127,39 | 0.5247 |
| 11 | Nova Laranjeiras | R\$27.298.187,68 | R\$ 20.668.437,77 | 0.7333 |
| 12 | Pinhão | R\$58.972.618,45 | R\$ 41.259.871,99 | 0.5186 |
| 13 | Porto Barreiro | R\$13.192.073,56 | R\$ 16.146.071,27 | 0.4022 |
| 14 | Quedas do Iguaçu | R\$50.649.657,77 | R\$ 58.898.963,56 | 0.7077 |
| 15 | Reserva do Iguaçu | R\$16.894.249,00 | R\$ 18.996.270,47 | 0.4214 |
| 16 | Rio Bonito do Iguaçu | R\$28.323.732,21 | R\$ 41.841.921,93 | 0.7259 |
| 17 | Turvo | R\$45.441.390,94 | R\$ 23.159.577,31 | 0.6733 |
| 18 | Virmond | R\$12.968.239,77 | R\$ 13.427.568,50 | 0.6279 |

Fonte: Elaboração pelo autor

A composição da receita orçamentaria (Quadro 21) evidencia que o município de Guarapuava apresenta a maior receita orçamentária, seguido por Laranjeiras do Sul, Pinhão e

Quedas do Iguçu. As Transferências de Recursos da União possuem a seguinte composição: Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) ; Fundo de Participação dos Municípios (FPM); o Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados - FPEX; o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb; e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR. Guarapuava se destaca com maior volume de transferências da união, e o município de Goioxim apresenta o menor valor dentre os demais municípios.

Em termos quantitativos o município de Guarapuava destaca-se pelo ingresso de receitas, porém índices de gestão fiscal são similares aqueles municípios com receita orçamentária menores, ao exemplo de Marquinho.

A metodologia do IFGF passou por uma atualização e é composto por quatro indicadores – Autonomia, Gastos com Pessoal, Liquidez e Investimentos. O IFGF evidencia uma pontuação varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de 1 melhor a gestão fiscal do município, sendo os resultados: entre 0,8 e 1,0 pontos considerado Excelência; resultados entre 0,6 e 0,8 pontos considerados de boa gestão; resultados entre 0,4 e 0,6 considerado dificuldade e por fim resultados entre 0,4 e 0,0 considerado gestão crítica. Para exemplificar, a considerar os dados pesquisados, o município de Candói apresentou um índice de 0,8324 para o ano base 2018, sendo, portanto, considerado como uma gestão de excelência, já Reserva do Iguçu com o índice de 0,4214 indica uma gestão considerada crítica.

Um importante fator em comum com todos os municípios é o fato de que as Câmaras Municipais não geram receitas, apenas gastos, durante o ano corrente. Nesse sentido, observa-se que a parcela da receita destinada as prefeituras têm relação com o número de habitantes de cada município e acaba onerando aqueles municípios com baixa receita.

O volume de receita orçamentária e transferências da união, embora sendo alto, não reflete um bom desempenho no IGFG. Vale destacar a volumosa receita destinada a Guarapuava colocando o município entre 0,4 a 0,6 pontos, apresentando-se uma gestão com dificuldades.

A seguir (Quadro 22) são apresentados os dados referentes aos índices de desenvolvimento dos municípios pesquisados (IFDM e IDHM).

Quadro 22 - IFDM, IDHM e População

| Nº | MUNICÍPIOS | IFDM | IDHM | POPULAÇÃO |
|----|-----------------------|--------|--------|-------------|
| 1 | Campina do Simão | 0.7063 | 0,6300 | 3.859 hab. |
| 2 | Candói | 0.6730 | 0,6350 | 16.053 hab. |
| 3 | Cantagalo | 0.6899 | 0,6350 | 13.329 hab. |
| 4 | Espigão Alto do Iguçu | 0.6876 | 0,6360 | 4.048 hab. |

| | | | | |
|----|----------------------|--------|--------|--------------|
| 5 | Foz do Jordão | 0.7017 | 0,6450 | 4.556 hab. |
| 6 | Goioxim | 0.6312 | 0,6410 | 7.053 hab. |
| 7 | Guarapuava | 0.8033 | 0,7310 | 182.644 hab. |
| 8 | Inacio Martins | 0.6571 | 0,6000 | 11.121 hab. |
| 9 | Laranjeiras do Sul | 0.7710 | 0,7060 | 32.139 hab. |
| 10 | Marquinho | 0.7045 | 0,6140 | 4.340 hab. |
| 11 | Nova Laranjeiras | 0.5700 | 0,6420 | 11.507 hab. |
| 12 | Pinhão | 0.6771 | 0,6540 | 32.559 hab. |
| 13 | Porto Barreiro | 0.6711 | 0,6880 | 3.184 hab. |
| 14 | Quedas do Iguaçu | 0.7857 | 0,6810 | 34.409 hab. |
| 15 | Reserva do Iguaçu | 0.6815 | 0,6480 | 8.069 hab. |
| 16 | Rio Bonito do Iguaçu | 0.6616 | 0,6290 | 13.255 hab. |
| 17 | Turvo | 0.6565 | 0,6720 | 13.095 hab. |
| 18 | Virmond | 0.7543 | 0,7220 | 4.022 hab. |

Fonte: Elaboração pelo autor

Segundo FIRJAN (2019) O IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – é um estudo do Sistema FIRJAN que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego e Renda, Educação e Saúde. O índice varia entre 0 (mínimo) a 1 ponto (máximo) para classificar o nível de cada localidade em quatro categorias: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4 a 0,6), moderado (de 0,6 a 0,8) e alto (0,8 a 1) desenvolvimento. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade.

Nesse sentido vale destacar Guarapuava em primeiro lugar com IFDM de 0,8033, considerada desenvolvida. Os resultados podem ser explicados em parte, por fatores como o número populacional, concentração de muitas universidades e a geração do maior índice de emprego e renda dentre os municípios pesquisados, bem como saúde. Cerca de 90% dos municípios pesquisados encontram-se com índices entre 0,6 a 0,8, na condição de moderado.

O IDHM é uma variável socioeconômica que possui extrema semelhança com o IFDM, pois possuem uma métrica/metodologia semelhantes. Para o PNUD (2013) o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

Guarapuava possui o maior IDHM com 0,7310, seguido de Virmond 0,7220, sendo os demais municípios todos encontram-se com nota 0,6. Os resultados demonstram que os municípios no geral possuem um desenvolvimento médio na casa dos 0,600 a 0,699 e estão alinhados com os resultados do IFDM.

Por fim, outras variáveis, como PIB per capita e população, analisadas conjuntamente auxiliam na análise sequente. A seguir (Quadro 23) os resultados são apresentados.

Quadro 23 - PIB per capita e População

| Nº | MUNICÍPIOS | PIB PER CAPITA | POPULAÇÃO |
|----|------------------------|----------------|--------------|
| 1 | Campina do Simão | R\$ 24.117,82 | 3.859 hab. |
| 2 | Candói | R\$ 32.013,04 | 16.053 hab. |
| 3 | Cantagalo | R\$ 19.378,91 | 13.329 hab. |
| 4 | Espigão Alto do Iguaçu | R\$ 27.409,42 | 4.048 hab. |
| 5 | Foz do Jordão | R\$ 25.851,65 | 4.556 hab. |
| 6 | Goioxim | R\$ 25.259,49 | 7.053 hab. |
| 7 | Guarapuava | R\$ 33.913,76 | 182.644 hab. |
| 8 | Inacio Martins | R\$ 17.186,47 | 11.121 hab. |
| 9 | Laranjeiras do Sul | R\$ 24.175,13 | 32.139 hab. |
| 10 | Marquinho | R\$ 19.146,42 | 4.340 hab. |
| 11 | Nova Laranjeiras | R\$ 17.539,32 | 11.507 hab. |
| 12 | Pinhão | R\$ 48.650,61 | 32.559 hab. |
| 13 | Porto Barreiro | R\$ 29.991,75 | 3.184 hab. |
| 14 | Quedas do Iguaçu | R\$ 35.360,99 | 34.409 hab. |
| 15 | Reserva do Iguaçu | R\$ 19.844,19 | 8.069 hab. |
| 16 | Rio Bonito do Iguaçu | R\$ 21.735,41 | 13.255 hab. |
| 17 | Turvo | R\$ 33.150,16 | 13.095 hab. |
| 18 | Virmond | R\$ 31.730,81 | 4.022 hab. |

Fonte: Elaboração pelo autor

Dentre os municípios, Quedas do Iguaçu tem o maior PIB per capita, explicada por uma concentração econômica, impulsionada pelo pólo têxtil e a empresa Araupel, presentes no município. Cabe uma reflexão quando analisamos que municípios com população menores em relação a Guarapuava (maior população) apresentam PIB per capita semelhantes (Turvo) e até mesmo superiores (Quedas do Iguaçu).

4.2 ÍNDICE DE DISCLOSURE VOLUNTÁRIO MUNICIPAL (IDV-M) PARA A MICRORREGIÃO DE GUARAPUAVA/PR;

Na (Tabela 01), apresentam-se as estatísticas descritivas das categorias que formam o Índice de *Disclosure* Voluntário Municipal (IDV-M), considerando o universo amostral dos 18 municípios.

Tabela 1 - Estatísticas descritivas das categorias do instrumento de coleta de dados

| Categoria de informações | Mínimo | Pontuação Máxima possível | Pontuação Máxima observada | Média | Desvio padrão |
|--------------------------------------|--------|---------------------------|----------------------------|--------|---------------|
| I - Visão geral do Município | 0 | 16 | 12 | 9,444 | 1,9165 |
| II - Relação com os cidadãos | 0 | 14 | 12 | 9,666 | 1,2366 |
| III - Análise do portal do município | 0 | 14 | 10 | 8,888 | 1,9670 |
| IV - Contratação de serviços | 0 | 4 | 4 | 4,000 | 0,0000 |
| V - Urbanismo e obras públicas | 0 | 10 | 10 | 10,000 | 0,0000 |

| | | | | | |
|---|---|----|----|-------|--------|
| VI - Assistência Social | 0 | 6 | 6 | 3,000 | 1,7149 |
| VII - Meio ambiente | 0 | 14 | 14 | 4,333 | 5,1449 |
| VIII - Educação e Cultura | 0 | 14 | 12 | 6,555 | 3,1290 |
| IX - Segurança Pública | 0 | 4 | 2 | 0,333 | 0,7669 |
| X - Administração | 0 | 8 | 8 | 6,777 | 1,0032 |
| XI - Saúde e Saneamento | 0 | 8 | 8 | 5,333 | 1,5339 |
| XII - Transporte Urbano | 0 | 6 | 4 | 0,666 | 1,5339 |
| XIII - <i>Layout</i> dos relatórios | 0 | 2 | 2 | 1,888 | 0,4714 |
| XIV - Relatórios/Informações Contábeis Adicionais | 0 | 14 | 6 | 5,222 | 1,0032 |

Fonte: Elaboração pelo autor

A primeira dimensão denominada “Visão geral do Município” permitiu averiguar a divulgação de informações publicizadas aos cidadãos a respeito de sua estrutura, do perfil dos gestores, características sócio econômicas da população e considerações a respeito das ações para cumprimento da agenda 21. Uma análise dos dados coletados identificou que 3 municípios (16,66%) contemplam 6 itens dos 8 analisados, onde 10 municípios (55,55%) contemplaram 5 itens. Contudo, algumas categorias como dados biográficos do prefeito e vereadores, e informações socioeconômicas dos municípios, apresentaram baixa pontuação. Com relação a Agenda 21 Local, todos os municípios zeraram, sinalizando não haver nenhuma iniciativa voltada a sustentabilidade local. Vale ressaltar que a presente dimensão obteve a segunda maior média de pontuação. Os resultados alinham com o estudo de Avelino (2013).

No que tange a dimensão “Relação com o Cidadão”, cuja finalidade está em identificar a interação entre os municípios e os cidadãos, a partir da divulgação de informações, 2 municípios (11,11%) obtiveram 12 pontos dos 16 que poderiam alcançar, deixando apenas o item de orçamento participativo sem pontuação. 11 municípios (61,11%) atingiram 10 pontos, destaca-se também que divulgações de cidadãos atendidos, e orçamento participativo foram os que menos os municípios divulgam, no geral a presente dimensão tem a melhor média dentre as demais. Sendo assim, os municípios estudados possuem uma preocupação com informações a sociedade, suponha-se que tal evidencia e resultado esteja relacionado a lei de acesso à informação.

A dimensão “Análise do Portal do Município”, relaciona-se as ferramentas que auxiliam na busca por conteúdo, tais como: barra de pesquisa, mapa do site, serviço de busca, ouvidoria, acessibilidade a deficientes visuais e informações em outros idiomas. Todos os 18 municípios possuem o mecanismo “mapa do site”, 4 municípios (22,22%) não possuem a ferramenta de busca por conteúdo, dificultando dessa forma a busca de conteúdo por palavras chave. 12 municípios (66,66) atingiram 10 pontos dos 14 pontos que poderiam ser alcançados, vale ressaltar que os itens informações em outro idioma e acessibilidade a deficientes visuais, todos os municípios obtiveram nota zero.

Em relação a dimensão “Contratação de Serviços”, onde o foco foi nas informações acerca de processos licitatórios, lista de fornecedores e prestadores de serviço do município, importante destacar que houve nota máxima dos 18 municípios nos dois itens da referida dimensão, pressupõe-se que o presente resultado denota-se da lei 8666/93 que regulamenta normas gerais de licitação, bem como a forte fiscalização do Tribunal de contas do Paraná – TCE-PR, onde cada município deve alimentar o “Portal Informação para Todos”, e manter constante atualização em seus referidos portais.

Quanto a dimensão “Urbanismo e Obras Públicas” trará informações sobre o uso e ocupação do solo, projetos, quais critérios são observados nas obras públicas, modificações, nome das empresas que realizam as obras, bem como prazo de execução, vale destacar que todos os 18 municípios apresentaram nota máxima em todos os 5 itens com 10 pontos, fato esse que corrobora com a dimensão “Contratações e serviços”, que também traz informações sobre processos licitatórios e lista com fornecedores, dessa forma podemos afirmar que ambos os municípios possuem uma transparência significativa quanto se trata de processos licitatórios.

Na dimensão “Assistência Social”, contemplava 3 itens de divulgação, acolhimento institucional proteção e auxílio a portadores de necessidades e políticas institucionais. Das entidades públicas 3 (16,66%), atingiram nota máxima, bem como 10 (55,55%) municípios contemplaram apenas um item, e 1 dos 18 municípios zerou a presente dimensão.

No que concerne a dimensão “Meio Ambiente” que contém informações sobre impactos ambientais, investimentos em gestão ambiental, iniciativas na área de educação ambiental e pesquisas ambientais, Cabe salientar que apenas 1 município atingiu nota máxima de 14 pontos, demonstrando ter aspectos de proteção e sustentabilidade, 2 (11,11%) municípios atingiram 12 pontos próximo dos 14 que poderiam alcançar, sendo que 7 da totalidade dos municípios zeraram todos os itens, fato esse que corrobora Com a dimensão “Visão geral do Município”, item agenda 21 local, onde nenhum município possui a mesma, mesmo alguns municípios divulgando informações sobre meio ambiente ainda existe a carência de conscientização ambiental.

A dimensão “Educação e Cultura” que contempla número de estabelecimentos de ensino, alunos matriculados, gastos em educação, número de professores, relação de estabelecimento culturais, incentivos a cultura, já no seu primeiro item, 12 (66,66%) municípios não possuem informações sobre relação de escolas, 15 (83,33) municípios não possuem a informação de alunos matriculados, gastos totais em educação e número de professores todos os municípios pontuaram, 2 municípios atingiram 12 pontos se destacando entre os demais, ,

no geral os municípios, não trazem com devida atenção informações a respeito da Educação para seus munícipes.

Ao trazer a dimensão “Segurança Pública” que busca observar o número de policiais efetivos no município e número de delegacias todos os municípios pesquisados obtiveram zero no primeiro item, bem como somente 3 (16,66%) municípios pontuaram no item relação de delegacias. A dimensão “Administração”, 5 (27,77%) municípios obtiveram nota máxima esperada com 8 pontos, onde o restante dos municípios atingiu nota 6, onde apenas as informações sobre treinamento e qualificação de funcionários não estavam presentes.

A dimensão “Saúde e Saneamento”, que contempla número de hospitais e unidades de saúde, gastos em saúde, relação de médicos, bem como saneamento básico, cabe destacar que 2 (11,11%) Municípios atingiram nota máxima esperada 8 pontos, 5 (27,77%) municípios atingiram 6 pontos, cabe salientar que os itens saneamento básico e relação de unidades de saúde grande maioria dos Municípios zeraram ficando com nota 4. Dado sequência na análise das dimensões a dimensão “Transporte Urbano, todos os municípios zeraram o item 1 – divulgação sobre infrações processadas, e apenas 2 municípios pontuaram, nos itens informações sobre transporte coletivo e linhas e roteiros do transporte municipal, nesse sentido podemos destacar que cerca de 88% dos municípios não divulgaram os itens analisados.

Na sequência a dimensão “Layout de Relatórios” tem por finalidade verificar se os municípios oferecem em seus portais eletrônicos recursos gráficos que se tornem de fácil compreensão e atrativos bem como de fácil leitura. Vale destacar que apenas o 1 município não pontuou no dia da coleta de informações, principalmente no portal da transparência os ícones não tinham imagens, o restante todos pontuaram, usavam ícones e outros recursos gráficos.

Por fim a última dimensão “Relatórios/Informações Contábeis adicionais”, os itens balanço social, e correção monetária integral, todos os municípios zeraram, onde o item 3 auditoria e controle interno, 11 (61,11%) municípios contemplaram o presente item, os itens, fluxo de caixa e resultado econômico todos os municípios pontuaram. Os itens 6 e 7 valor recuperável e depreciação todos zeraram, sendo que dos 14 pontos as maiores notas ficaram na casa dos 6 pontos e menores 4 pontos. Contudo vale salientar que balanço social, correção monetária integral, valor recuperável bem como depreciação são itens de caráter não obrigatório.

A média geral do Índice de *Disclosure* Voluntário Municipal (IDV-M) foi de 76 pontos, de modo que é uma média considerada alta, dado que a média geral passou de 50% do total esperado. A pontuação máxima possível é de 134 pontos. Destaque para o Município de Guarapuava que atingiu 106 pontos. Ponto Barreiro e Rio Bonito do Iguaçu foram os que menos

pontuaram com 56 pontos, mesmo assim no geral é uma pontuação expressiva, pois atingiram mais de 50% dos itens.

Nesse sentido cabe salientar que grande parte das informações analisadas pelo *check-list*, pressupunha-se que advém de obrigatoriedades previstas em Lei, como por exemplo Lei de responsabilidade fiscal, Lei de acesso à informação entre outras, de modo que informações muitas das vezes voluntárias não estavam presentes nos sites, dificultando assim o acesso a população.

4.2.1 Estatística descritiva das variáveis independentes

Na tabela 2 apresentam-se as estatísticas descritivas das variáveis de natureza quantitativa incluídas no estudo.

Tabela 2 - Estatísticas descritivas das variáveis dependente e independentes quantitativas.

| Variáveis | Média | Mínimo | Máximo | Desvio Padrão |
|---------------------------------|---------------|---------------|----------------|---------------|
| IDV-M | 76,11 | 56 | 106 | 16,05098087 |
| Escolaridade | 2,11 | 1 | 3 | 0,832352364 |
| Idade | 52,66 | 32 | 75 | 11,87186491 |
| Receita Orçamentaria (R\$) | 84.176.019,24 | 26.395.808,27 | 553.196.450,41 | 124446126,30 |
| Transf. Recursos Da União (R\$) | 31.837.006,29 | 12.375.021,16 | 159.057.455,00 | 34372596,38 |
| IFDM | 0,6935 | 0,5700 | 0,8033 | 0,056796692 |
| PIB <i>per capita</i> (R\$) | 27.025,30 | 17.186,47 | 48.650,61 | 7992,72996 |
| IDH-M | 0,6560 | 0,6000 | 0,731 | 0,036447339 |
| Taxa de alfabetização (%) | 57,31 | 40,80 | 74,55 | 0,088227853 |
| IFGF | 0,6150 | 0,4022 | 0,8324 | 0,130708145 |
| População (n° habitantes) | 22.180 | 3.184 | 182.644 | 41324,57147 |

Fonte: elaborado pelo autor

Quanto a escolaridade dos agentes públicos tem-se uma média de 2,11, o que representa em média, a maioria dos gestores municipais possui formação em nível de ensino médio. Os resultados demonstraram que 27,77% dos prefeitos possuem Ensino fundamental representado pela nomenclatura ESC1=1, bem como 33,34% possuem ensino médio representado pela nomenclatura ESC2=2, e por fim, nível superior representado por ESC3=3, obteve o maior número de gestores total de 7, com 38,89%, resultados estes que se alinham com o estudo de Avelino (2013), onde houve predominância em prefeitos com nível superior seguido do nível médio. Entretanto, analisando-se por outra lente, observa-se que a maioria dos respondentes (61%) não possui ensino superior, o que explica os 39 % com escolaridade ensino superior.

A idade dos gestores demonstra uma média de 53 anos, sendo 32 anos (Marquinho) a idade do gestor mais novo da microrregião de Guarapuava, e 75 (Espigão Alto do Iguazu) anos a idade mais avançada, sendo o Prefeito mais velho da presente microrregião.

Em relação a Receita Orçamentaria os valores variam no mínimo de R\$26.395.808,27 (Virmond) a R\$553.196.450,41 (Guarapuava). As transferências de Recurso da União variam de R\$12.375.021,16 (Goioxim) a R\$159.057.455,00 (Guarapuava).

A média do IFDM para a Microrregião de Guarapuava foi de 0,6935, ou seja, na categoria desenvolvimento moderado, em que a pontuação é de 0,6 e 0,8 pontos. Sendo que os valores variam de 0,5700 (Nova Laranjeiras) e 0,8033 (Guarapuava). Se tratando do Pib *per capita* os valores variam entre R\$17.186,47 (Inácio Martins) e R\$48.650,61 (Pinhão).

Para a variável socioeconômica IDH-M os números demonstram uma média de 0,6560 para os municípios, estando na categoria médio, sendo que os valores variam de 0,600 (Inácio Martins) e 0,731 (Guarapuava) em que se aproxima da média do IFDM, pois ambos indicadores possuem uma métrica/metodologia semelhante.

A taxa de alfabetização com uma média de 57,31% de pessoas acima de 15 anos, onde variam de 40,80% (Inácio Martins) e 74,55% (Porto Barreiro). Para o IFGF os municípios ficaram com uma média de 0,6150, média esta que deixa a microrregião de Guarapuava na casa da boa gestão resultados entre 0,6 e 0,8 pontos. Sendo que Varia de 0,4022 (Porto Barreiro) e 0,8324 (Candói). Para a população com uma média populacional de 22.180 habitantes, os valores variam entre 3.184 habitantes (Porto Barreiro) e 182.644 habitantes (Guarapuava).

4.3 ANÁLISE DE REGRESSÃO

Para Roldão (2018, p.63) “A regressão é como um conjunto de técnicas estatísticas que possibilita a avaliação do relacionamento de uma variável dependente com diversas variáveis independentes”. Nesse sentido com a presente regressão busca-se testar as hipóteses formuladas no estudo, afim de testar se a relação positiva entre a variável dependente e as variáveis independentes.

A amostra utilizada para a análise de regressão é composta, portanto, por 18 municípios que compõem a microrregião de Guarapuava/PR, a seguir serão expostos os resultados que foram submetidos a uma regressão linear, tendo como variável dependente o Índice de *Disclosure* Voluntário Municipal – IDVM, e as seguintes variáveis independentes: escolaridade do gestor; idade; receita orçamentária; transferências de recursos da União para os Municípios; PIB per capita; Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-IDHM; taxa de alfabetização; Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal-IFDM, e População.

As variáveis independentes e os valores de R – quadrado e p – valor (Quadro 24) são apresentadas a seguir.

Quadro 24 - Relações explicativas

| VARIÁVEIS INDEPENDENTES | R – QUADRADO | P – VALOR |
|------------------------------|--------------|------------|
| Escolaridade | 0,024814 | 0,532451 |
| Idade | 0,001545 | 0,876937 |
| Receita orçamentarias | 0,339409 | 0,011176 * |
| Transf. de Recursos da União | 0,322779 | 0,013900 * |
| IFDM | 0,046383 | 0,390744 |
| PIB per capita | 0,057364 | 0,334436 |
| IDHM | 0,084436 | 0,242092 |
| ALF | 0,033071 | 4,70E-01 |
| IFGF | 0,121636 | 0,156059 |
| População | 0,341327 | 0,010896 * |

Fonte: Elaborado pelo autor

O R-quadrado (R²) é uma medida estatística que representa a proporção da variância de uma variável dependente que é explicada por uma variável ou variáveis independentes em um modelo de regressão. Dentre as variáveis (Quadro 24) cabe destacar a Receita orçamentaria com 0,33394, ou seja, esse modelo permite inferir que a Receita Orçamentária pode explicar em 33,94% no nível de *disclosure* (IDV-M) em face das variáveis independentes.

Na mesma perspectiva tem-se as Transferências de recurso da união com 0,3227, ou seja, as transferências de recursos conseguem explicar em 32,27% o IDV-M. Por fim, a variável população, ou seja, uma variável relacionada ao tamanho do município, resultou em 0,3413, ou seja, explica em 34,13% o nível de *disclosure*.

Por meio dos resultados apresentados a partir das análises de regressão das variáveis independentes utilizadas para correlacionar ao índice de *disclosure*, três variáveis obtiveram significância, portanto tem correlação com o IDV-M (variável dependente), ou seja, explicam a construção do IDV-M. As demais não permitem que se faça inferências, a partir de uma análise quantitativa.

As hipóteses formuladas no presente estudo podem ser observadas (Quadro 25) a seguir.

Quadro 25 - Hipóteses da pesquisa

| HIPÓTESES | SINAL ESPERADO | AValiação |
|--|----------------|------------|
| H1: A escolaridade do(a) gestor(a) municipal é estatisticamente significativa quando relacionada ao IDV-M. | Positivo | Não aceita |
| H2: idade do(a) gestor(a) municipal é estatisticamente significativa quando relacionada ao IDV-M. | Positivo | Não aceita |
| H3: A receita orçamentária do município é estatisticamente significativa e positiva quando relacionada ao IDV-M. | Positivo | Aceita |
| H4: A transferência de recursos da União para os Municípios é estatisticamente significativa e positiva quando relacionada ao IDV-M. | Positivo | Aceita |

| | | |
|--|----------|------------|
| H5: O IFDM é estatisticamente significativo quando relacionado ao IDV-M e esta relação é positiva. | Positivo | Não aceita |
| H6: O PIB per capita do município é estatisticamente significativo quando relacionado ao IDV-M e esta relação é positiva. | Positivo | Não aceita |
| H7: O IDH-M é estatisticamente significativo quando relacionado ao IDV-M e esta relação é positiva. | Positivo | Não aceita |
| H8: O IFGF é estatisticamente significativo quando relacionado ao IDV-M e esta relação é positiva. | Positivo | Não aceita |
| H9: A taxa de alfabetização do município é estatisticamente significativa quando relacionada ao IDV-M e esta relação é positiva. | Positivo | Não aceita |
| H10: A população do município é estatisticamente significativa quando relacionada ao IDV-M e esta relação é positiva. | Positivo | Aceita |

Fonte: Elaboração pelo autor

Retomado o quadro das hipóteses esperadas, foram considerados os parâmetros interpretativos conforme segue (Quadro 26).

Quadro 26 - Interpretação de P – valor

| P- VALOR | INTERPRETAÇÃO |
|---------------------|--|
| $P < 0,01$ | Evidência muito forte contra H0 |
| $0,01 < = P < 0,05$ | Evidência moderada contra H0 |
| $0,05 < = P < 0,10$ | Evidência sugestiva contra H0 |
| $0,10 < = P$ | Pouca ou nenhuma evidência real contra H |

Fonte: Elaboração pelo autor

A luz dos indicadores de interpretação, as variáveis, receita orçamentaria, transferências de recursos da união e população foram consideradas significativas de evidenciação moderada. Ficando o p – valor de das referidas variáveis abaixo de 1%, rejeitamos a hipótese nula, aceitamos as hipóteses.

Assim, a receita orçamentária do município é estatisticamente significativa e positiva quando relacionada ao IDV-M); A transferência de recursos da União para os Municípios é estatisticamente significativa e positiva quando relacionada ao IDV-M; e A população do município é estatisticamente significativa quando relacionada ao IDV-M e esta relação é positiva

As variáveis Escolaridade, Idade, IFDM, PIB per capita, IDHM, IFGF e Taxa de alfabetização, pelos resultados não são consideradas fatores explicativos para o nível de *disclosure*.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo tem como objetivo, analisar a influência do perfil socioeconômico no nível de transparência pública praticado pelos municípios da microrregião de Guarapuava/PR. O referido nível é representado pelo índice de *Disclosure* Voluntário Municipal (IDVM-M), o qual tem como base de estudo Avelino (2011) e Avelino (2013).

A amostra da pesquisa foi composta pelos 18 municípios da microrregião de Guarapuava e as características socioeconômicas analisadas foram: Escolaridade, Idade, Receitas Orçamentárias, Transferências de Recursos da União, Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), PIB per capita, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), Taxa de Alfabetização (ALF), Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) e População. As variáveis contribuíram na análise qualitativa do perfil socioeconômico da microrregião de Guarapuava/PR.

O IDV-M foi estruturado em quatorze dimensões (1) Visão geral do Município; (2) Relação com os cidadãos; (3) Análise do portal do município; (4) Contratação de serviços; (5) Urbanismo e obras públicas; (6) Assistência Social; (7) Meio ambiente; (8) Educação e Cultura; (9) Segurança Pública; (10) Administração; (11) Saúde e Saneamento; (12) Transporte Urbano; (13) *Layout* dos relatórios; e (14) Relatórios/Informações Contábeis Adicionais. Cada dimensão contendo um conjunto de informações, levantadas nos sítios eletrônicos dos Municípios, asquais contribuíram para o alcance do segundo objetivo específico “*Construir um Índice de Disclosure Voluntário Municipal (IDV-M) para a microrregião de Guarapuava/PR*”.

O processo de transparência pública por meio de variáveis socioeconômicas permeia por conceitos de governança corporativa, como Transparência (*disclosure*), Prestação de Contas (*accountability*) e Equidade (*fairness*), os quais vão ao encontro dos princípios da Administração Pública. Nesse sentido, a pesquisa ampara-se na teoria da agência, explicando os conflitos de interesse no âmbito da governança pública e trazendo aspectos de credibilidade administrativa. Buscou-se em cada um dos municípios pesquisados, em seus respectivos sítios eletrônicos, entender e levantar quais fatores impulsionaram ou não a administração pública a divulgar suas informações. Dessa forma, algumas constatações foram possíveis e serão a seguir sintetizadas.

Os municípios da amostra apresentaram um nível satisfatório de divulgação das informações voluntárias, na medida em que o Índice de *Disclosure* Voluntário Municipal (IDV-M) apresentou uma média geral de 76 pontos, dado que a média geral passou de 50% do total esperado da pontuação máxima possível (134 pontos). Em relação aos municípios as menores

pontuações ficaram com 56 pontos (Porto Barreiro e Rio Bonito do Iguaçu), já o município com maior índice atingiu 106 pontos (Guarapuava).

Para Ribeiro (2013, p.6) “A transparência dos atos governamentais é considerada essencial para o efetivo controle social e até mesmo para a participação cidadã na gestão pública”. Silva Cruz, Silva Santos (2009) complementam que a transparência constitui um dos princípios da governança pública, com iniciativas que visem aperfeiçoar os mecanismos de transparência das informações acerca da gestão pública, sendo assim consideradas boas práticas de governança.

Segundo Hendriksen e Van Breda (1999), o *disclosure* pode ser classificado em três níveis: divulgação adequada, justa e completa. A adequada pressupõe um volume mínimo de divulgação compatível com o objetivo de evitar que as demonstrações sejam enganadoras; a justa subentende um objetivo ético de tratamento equitativo de todos os leitores em potencial; e a divulgação completa implica a apresentação de toda a informação relevante. Nesse sentido os municípios da amostra, com base no resultado do *Check list* do IDV-M com média geral de 76 pontos, demonstram tendência de *disclosure* no mínimo justa, pois, a média geral passou de 50% do total esperado. Observa-se que tal conclusão está argumentada em uma divisão da pontuação em três escalas iguais em pontuação.

Afim de responder o terceiro e último objetivo específico “*Verificar a associação entre o IDV-M e o perfil socioeconômico dos municípios da microrregião de Guarapuava/PR*”, foi realizada uma análise de regressão linear afim de testar/identificar uma relação explicativa entre o IDV-M e todas as variáveis quantitativas elencadas no estudo.

O resultado da regressão possibilitou alcançar o objetivo da pesquisa extrair considerações a respeito da influência do perfil socioeconômico no nível de transparência pública praticado pelos municípios da microrregião de Guarapuava/PR. Identificou-se uma correlação positiva e significativa entre o IDV-M e as variáveis Receita Orçamentaria, Transferências de recursos da União e População. Dessa forma confirmaram-se três hipóteses. As demais foram rejeitadas por não haver significância, ou seja, os resultados não permitem efetuar inferências em relação a elas.

Os resultados foram semelhantes com os achados de Avelino (2013), a qual encontrou associação entre as variáveis Receita Orçamentaria, Transferências de recursos da União e População e municípios os municípios de médio e grande porte.

Os resultados encontrados sugerem aplicação em outras regiões, ampliando a amostra para confirmar os achados. Outrossim, um estudo que avaliasse níveis de interesse ou que pudesse identificar o nível de acesso das pessoas as informações divulgadas pelos entes

públicos, pode apresentar-se como oportunidade para que os resultados sejam complementares as pesquisas quantitativas sobre a transparência na esfera pública. A sugestão leva em conta variáveis sócio econômicas como o acesso à tecnologia (internet) e a participação da população rural.

REFERÊNCIAS

- Ananias, P. (2010). **Gestão pública: desassombrando nossa história**. *Revista do Serviço Público*, 61(4), 333-344.
- AVELINO, Bruna Camargos et al. Índice de disclosure nos Estados Brasileiros: Uma abordagem da Teoria da Divulgação. In: **Anais do Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, São Paulo, SP, Brasil**. 2011.
- AVELINO, Bruna Camargos. **Características explicativas do nível de disclosure voluntário de municípios do estado de Minas Gerais: uma abordagem sob a ótica da teoria da divulgação**. 2013.
- ALMEIDA, Luciana Raquel Neves et al. **Análise do nível de transparência dos portais da transferência da Prefeitura e da Câmara Municipal do Natal, capital do Rio Grande do Norte**. 2018.
- AHMED, Kamran; COURTIS, Jonh K. Association between corporate characteristics and disclosure levels in annual reports: a meta analysis. **British Accounting Review**, Kindlinton n.31, p.35-61, 1999.
- Avellaneda, C. N., Ricardo, C. G. (2010). **Managerial Quality and Municipal Performance: The Brazilian Local Governments**. 1st 'Off-Year' PMRC-IRSPM Research Conference, Hong Kong.
- Borges, Luiz Ferreira Xavier, and Carlos Fernando de Barros Serrão. "**Aspectos de governança corporativa moderna no Brasil**." (2005).
- BALDISSERA, Juliano Francisco et al. **Determinantes da Transparência Pública: um estudo em municípios brasileiros sob a ótica da teoria da escolha pública**. 2018.
- BAIRRAL, Maria Amália da Costa; SILVA, Adolfo Henrique Coutinho; ALVES, Francisco José dos Santos. **Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010**. *Revista de Administração Pública*, 2015, 49.3: 643-675.
- BRAGA, J. P.; OLIVEIRA, J. R. S.; SALOTTI, B. M. Determinantes do Nível de Divulgação Ambiental nas Demonstrações Contábeis de Empresas Brasileiras. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 9º, 2009. São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2009. CDROM.
- BARROS, Lucas de Moraes. **Transparência fiscal eletrônica nos municípios do Estado do Paraná: avaliação do índice de transparência e as possíveis relações nesse processo**. 2014.
- BARROS, Ana Cristina. **Curso transparência na gestão pública: controle cidadão**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha/TCE, 2017.
- BERNARDO, Joyce Santana; DE OLIVEIRA REIS, Anderson; SEDIYAM, Gislaine Aparecida Santana. Características explicativas do nível de transparência na administração pública municipal. **Revista Ciências Administrativas**, v. 23, n. 2, p. 277-292, 2017.

Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Brasília**: Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm .

BRASIL, P. N. U. D. Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**, 2013.

_____. (2000). Lei de Responsabilidade Fiscal. Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm.

_____. (2009). Lei da Transparência. Lei Complementar n° 131, de 27 de maio de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm.

_____. (2011). Lei de Acesso à Informação. Lei n°. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm

_____. (2011). Lei Complementar n°. 137, de 6 de Junho de 2011. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-complementar-n-137-2011-parana-regulamenta-os-1-e-2-e-o-inciso-ii-do-4-do-art-27-da-constituicao-estadual-dispondo-sobre-a-publicidade-dos-atos-praticados-no-ambito-dos-poderes-executivo-e-legislativo-dos-municipios>

_____. (2005). Lei Complementar Estadual n°. 113, de 15 de Dezembro de 2005. Disponível em: <https://www1.tce.pr.gov.br/multimidia/2005/12/pdf/00084503.pdf>.

_____. (2005). Lei Ordinária Estadual n°.14.704, de 01 de Junho de 2015. Disponível em:<https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-14704-2005-parana-dispoe-que-o-tribunal-de-contas-do-estado-do-parana-adotara-o-uso-de-meio-eletronico-para-a-tramitacao-de-processos-a-comunicacao-de-atos-e-a-transmissao-de-pecas-processuais-no-ambito-de-suas-atribuicoes-conforme-especifica>.

_____. (2017) Decreto n° 9.203, de 22 de novembro de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9203.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%209.203%2C%20DE%202022,que%20lhe%20confere%20o%20art.

_____. (2019). Lei Ordinária Estadual n°. 19857, de 29 de Maio de 2019. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-19857-2019-parana-institui-o-> .

COSTA, Carlos Eduardo de Mira; COSTA JÚNIOR, Antônio Gil da. A lei de responsabilidade fiscal como instrumento gerencial para a administração pública. **Âmbito Jurídico**. Rio Grande. XVII, n. 121, 2014.

COSTA, Gerliane Maia et al. **Nível de transparência dos municípios de médio porte brasileiros**: um estudo sobre a influência dos indicadores socioeconômicos e demográficos. 2018.

CRUZ, Cláudia Ferreira et al. **Transparência da gestão pública municipal**: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 1, p. 153-176, 2012.

CATAIA, Márcio. Federalismo brasileiro. As relações intergovernamentais analisadas a partir das transferências voluntárias (união/municípios). **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47E, 2011.

CRUZ, C.F.; SILVA, L.M.; SANTOS, R. **Transparência da gestão fiscal**: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do estado do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO DA INFORMAÇÃO, II, Recife, 2009. *Anais...* Anpad, 2009.

CRUZ, C. F. **Transparência da Gestão Pública Municipal**: Referenciais Teóricos e a Situação dos Grandes Municípios Brasileiros. 2010. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CARNEIRO, Ricardo; MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. **Gestão pública no século XXI: as reformas pendentes**. Texto para Discussão, 2011.

CRUZ, Cássia Vanessa Olak Alves; DE LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco. Reputação corporativa e nível de disclosure das empresas de capital aberto no Brasil. **Revista Universo Contábil**, v. 6, n. 1, p. 85-101, 2010.

CASELL, M. K.; MULLALY, S. **Whensmallergovernments open thewindow**: a studyof web site creation, adoption, andpresenceamongsmaller local governments in Northeast Ohio. *Stateand Local GovernmentReview*, Georgia, v. 44, n. 2, p. 91-100, 21 maio 2012.

DOS ANJOS, LUIZ CARLOS MARQUES; BARTOLUZZIO, ALANN INALDO SILVA DE SÁ. **Análise de Conglomerados do Nível de Transparência Pública e Indicadores Socioeconômicos dos Municípios Pernambucanos**. 2016.

DA FONSECA, João José Saraiva. **Apostila de metodologia da pesquisa científica**. João José Saraiva da Fonseca, 2002.

DE QUEIROZ, DIMAS BARRÊTO, et al. **Nível de Disclosure dos Municípios Brasileiros: uma análise comparativa entre a transparência ativa e a transparência passiva**. XII Congresso UFPE de Ciências Contábeis, 2018.

DOMICÍLIOS, T. I. C. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros. **São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil**, 2018.

DA SILVA, Paulo Sérgio Torres; MONTE-MOR, Danilo Soares; DOS SANTOS RODRIGUES, Victor Rangel. A INFLUÊNCIA DO NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA NA QUANTIDADE DE DISCLOSURE INFORMACIONAL DOS MUNICÍPIOS CAPIXABAS. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 20, n. 3, p. 18-31, 2019.

FERREIRA, R. D. **O governo aberto nas regiões Sul e Sudeste do Brasil: uma caracterização das atividades eletrônicas desenvolvidas**. 2011. 75 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública) - Universidade Federal de Santa Maria, 2011.

FIRJAN (2018) – Recorte Municipal abrangência Nacional, Sistema FIRJAN Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, Divisão de Estudos Econômicos, junho 2018.

FRAGA, Luana dos Santos et al. **TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA: ANÁLISE EM PEQUENOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL. Gestão & Planejamento-G&P**, v. 20, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Guia da política de governança pública / Casa Civil da Presidência da República – **Brasília**: Casa Civil da Presidência da República, 2018. 86 p. : il., color.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Metodológicas. 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatística>. Acesso em: 14 março 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2019**. Metodológicas. 2019. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatística>. Acesso em: 14 março 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Paraná 2019**. Disponível em:<<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr.html>>. Acesso em 20 setembro 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Brasil 2019**. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?>>. Acesso em: 20 setembro 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2016). Disponível em:<[Divisão Territorial Brasileira 2016](#)>. Acesso em: 14 de março 2020.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. (2012). Relação dos Municípios do Estado Ordenados Segundo as Mesorregiões e as Microrregiões Geográficas do IBGE-Paraná.

JENSEN, Michael C.; MECKLING, William H. Teoria da firma: comportamento dos administradores, custos de agência e estrutura de propriedade. **Revista de Administração de Empresas**, v. 48, n. 2, p. 87-125, 2008.

Janssen, M.; & Van DenHoven, J. (2015). **Big and Open Linked Data (BOLD) in government**: A challenge to transparency and privacy? *Government Information Quarterly*, v. 32, n. 4, p. 363-368.

JENSEN, Michael C.; MECKLING, William H. Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of financial economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.

Kissler, L., & Heidemann, F. G. (2006). **Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade?**. *Revista de Administração Pública*, 40(3), 479-499.

Keunecke, L. P., Teles, J., & Flach, L. (2011). **Práticas de Accountability: uma análise do índice de transpa-rência nos municípios mais populosos de Santa Catarina**. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 8(16), 153-174.

LÖFFLER, Elke. **Governance: Die neue Generation von Staats- und Verwaltungs- modernisierung**. *Verwaltung + Management*, v. 7, n. 4, p. 212-215, 2001.

LIMA FILHO, G. D. de **A ANÁLISE DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA E TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB E SUAS IMPLICAÇÕES ECONÔMICAS PARA A GESTÃO PÚBLICA LOCAL NO PERÍODO DE 2003-2012**. *Revista Científica Semana Acadêmica*. Fortaleza, ano MMXVI, Nº. 000080, 28/01/2016.

LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de; LIMA, Iran Siqueira; Fávero, Luiz Paulo Lopes; GALDI, Fernando Caio. **Influência do Disclosure Voluntário no Custo de Capital de Terceiros**. In: **7º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**. São Paulo, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2013.

LANZANA, Ana Paula; SILVEIRA, A. M.; FAMÁ, Rubens. **Existe relação entre disclosure e governança corporativa no Brasil**. *Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Salvador, BA, Brasil*, v. 30, 2006.

LOUREIRO, Maria Rita; TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho; PRADO, Otávio. **Construção de instituições democráticas no Brasil contemporâneo: transparência das contas públicas**. *Organizações & Sociedade*, v. 15, p. 107-119, 2008.

Martins Junior, W. P. **Transparência administrativa: publicidade, motivação e participação popular** 2.ed;. São Paulo: Saraiva, 2010.

MARTINS, Humberto Falcão. **A modernização da administração pública brasileira no contexto do Estado**. 1995. Tese de Doutorado.

Murillo, M. J. (2015). **Evaluating the role of online data availability: The case of economic and institutional transparency in sixteen Latin American nations**. *International Political Science Review*, v. 36, n. 1, p. 42-59.

MARTINS, Vinicius Abilio; JUNIOR, Jair Jeremias; ENCISO, Luis Fernando. **Conflitos de agência, Governança Corporativa e o serviço público brasileiro: um ensaio teórico**. *RGC-Revista de Governança Corporativa*, v. 5, n. 1, 2018.

MENDONÇA, Crystianne da Silva et al. **Direito fundamental à boa administração e à transparência pública: exigências para o controle social no Estado democrático de direito**. 2016.

Nascimento, E. R. (2008). **Administração pública no Brasil: política fiscal nos Estados após a Lei de Responsabilidade Fiscal.**

Otero, V. M. (2012). **Teoria E Prática Da Educação. Natal:** Editora EDUFERN, P. 21-22.

PEREIRA, Paulo Trigo. **A teoria da escolha pública (publicchoice): uma abordagem neoliberal?.** *Análise Social*, p. 419-442, 1997.

PINHO, J. A. G. **Internet, Governo Eletrônico, Sociedade e Democracia no Brasil:** Algumas Questões Básicas em Debate. *Revista VeraCidade*. n. 3. p. 1-20, 2008a.

PAIVA, C. P. R.; ZUCCOLOTTO, R. **Índice de transparência fiscal das contas públicas dos municípios obtidos em meios eletrônicos de acesso público.** In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 23., 2009, São Paulo. Anais... São Paulo, 2009.

PIRES, Atrícia Menezes. **Transparência da gestão pública municipal:** um estudo dos municípios de Santa Maria e Novo Hamburgo/RS. 2013.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** 2013a.

RONCONI, Luciana. **Governança pública:** um desafio à democracia (public governance: a chanllegetodemocracy. *Emancipação*, v. 11, n. 1, 2011.

ROCZANSKI, Carla Regina Magagnin et al. *Universidade Pública e accountability.* 2010.

RIBEIRO, Manuella Maia. **Monitoramento de políticas públicas de governo eletrônico.** 2013.

Ruschel, Aírton José; Rover, Aires José; Hoeschl, Hugo César. **E-gov: do controle social totalitário à ágora digital e democrática.** *Revista Eletrônica Democracia Digital e Governo Eletrônico*, Florianópolis, UFSC, v. 1, n. 1, 2009

ROLDÃO, Marta Alexandra Sousa et al. **O que leva os utilizadores das redes sociais a partilhar e a publicar?-Um estudo comparativo: Facebook e Instagram.** 2018. Tese de Doutorado. Universidade de Coimbra.

SATO, Fábio Ricardo Loureiro. **A teoria da agência no setor da saúde:** o caso do relacionamento da Agência Nacional de Saúde Suplementar com as operadoras de planos de assistência supletiva no Brasil. *Revista de Administração Pública*, v. 41, n. 1, p. 49-62, 2007.

SANTANA JUNIOR, J. J. B. **Transparência fiscal eletrônica:** uma análise dos níveis de transparência apresentados nos sites dos poderes e órgãos dos Estados e do Distrito Federal do Brasil. Dissertação de Mestrado, Programa Multinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Recife, PE. 2008.

SILVA, Jéssica Natália et al. **Accountability e Teoria da Agência no setor público:** análise dos Consórcios Intermunicipais de Saúde de Minas Gerais. 2018.

STAROSCKY, E. A. et al. A transparência dos portais das prefeituras em municípios catarinenses sob a perspectiva da legislação brasileira. **Reuna, Belo Horizonte**, v. 19, n. 1, p. 29-52, 2014.

SELL, Filipy Furtado et al. Accountability: uma observação sobre o nível de transparência de municípios. **Administração Pública e Gestão Social**, p. 248-259, 2018.

SOUZA, Saulo Aparecido de. **Avaliação dos portais de transparência dos municípios paranaenses com mais de 50.000 habitantes**. 2017.

SANTOS, MJA; PINHEIRO, L. B.; QUEIROZ, ISQ. **Governança na administração pública**: concepções do modelo australiano de Edwards et al. (2012) vis-à-vis as contribuições teóricas. **XXXVIII ENCONTRO DA ANPAD**. Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, Jérsica Evangelista. **Transparência da Gestão Pública com Base na LRF**: Estudo nos Municípios do RN com população superior a 50 mil habitantes. 2013. 77 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
SILVA, L.M. Contabilidade Governamental: Um enfoque administrativo. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SPECK, B. Metodologia do Índice de Transparência. **Recuperado de <http://www.http://indicedetransparencia.com/metodologia-2014>**, 2014.

SIMAS, Manuela Santos. **Ética pública**: o diálogo entre os princípios da administração pública e as políticas de compliance na gestão pública. 2018.

SACRAMENTO, Ana Rita Silva; PINHO, José Antônio Gomes. TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: O QUE MUDOU DEPOIS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL? UM ESTUDO EXPLORATÓRIO EM SEIS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 1, n. 1, p. 48-61, 2007.

TEIXEIRA, Alex Fabiane; GOMES, Ricardo Corrêa. **Governança pública**: uma revisão conceitual. **Revista do Serviço Público**, v. 70, n. 4, p. 519-550, 2019.

VIANA, Evandro. **A governança corporativa no setor público municipal-um estudo sobre a eficácia da implementação dos princípios de governança nos resultados fiscais**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

VERRECCHIA, R. E. EssaysonDisclosure. **JournalofAccountingandEconomics**, n. 32, p. 97-180, jun. 2001.

APÊNDICE A – INDICADORES SOCIOECONÔMICOS UTILIZADOS

| Nº | Municípios | IDV-M | Escolari- dade | Idade | Receita Orçamentária | Transf. Recursos da Uni. | IFDM | PIB <i>per</i> <i>capita</i> | IDH-M | Taxa de Alfabetização | IFGF | População |
|----|------------------------|-------|-------------------|-------|-------------------------|-----------------------------|--------|---------------------------------|--------|--------------------------|--------|--------------|
| 1 | Campina do Simão | | ESC2 | 38 | R\$ 26.432.847,28 | R\$ 13.579.847,81 | 0.7063 | R\$ 24.117,82 | 0,6300 | 66,29% | 0.7874 | 3.859 hab. |
| 2 | Candói | | ESC2 | 56 | R\$ 68.607.135,49 | R\$ 25.544.564,46 | 0.6730 | R\$ 32.013,04 | 0,6350 | 52,19% | 0.8324 | 16.053 hab. |
| 3 | Cantagalo | | ESC1 | 72 | R\$ 37.602.005,84 | R\$ 19.604.404,79 | 0.6899 | R\$ 19.378,91 | 0,6350 | 50,03% | 0.4584 | 13.329 hab. |
| 4 | Espigão Alto do Iguaçu | | ESC1 | 75 | R\$ 28.103.072,68 | R\$ 13.210.499,68 | 0.6876 | R\$ 27.409,42 | 0,6360 | 51,99% | 0.6019 | 4.048 hab. |
| 5 | Foz do Jordão | | ESC2 | 42 | R\$ 29.321.955,01 | R\$ 14.564.005,05 | 0.7017 | R\$ 25.851,65 | 0,6450 | 45,69% | 0.4314 | 4.556 hab. |
| 6 | Goioxim | | ESC3 | 52 | R\$ 33.729.049,65 | R\$ 12.375.021,16 | 0.6312 | R\$ 25.259,49 | 0,6410 | 65,44% | 0.6814 | 7.053 hab. |
| 7 | Guarapuava | | ESC3 | 58 | R\$ 553.196.450,41 | R\$ 159.057.455,00 | 0.8033 | R\$ 33.913,76 | 0,7310 | 59,86% | 0.5824 | 182.644 hab. |
| 8 | Inacio Martins | | ESC2 | 52 | R\$ 51.044.001,26 | R\$ 19.230.930,35 | 0.6571 | R\$ 17.186,47 | 0,6000 | 40,80% | 0.7151 | 11.121 hab. |
| 9 | Laranjeiras do Sul | | ESC1 | 53 | R\$ 114.816.959,31 | R\$ 43.416.574,65 | 0.7710 | R\$ 24.175,13 | 0,7060 | 63,56% | 0.6449 | 32.139 hab. |
| 10 | Marquinho | | ESC2 | 32 | R\$ 30.381.929,23 | R\$ 18.084.127,39 | 0.7045 | R\$ 19.146,42 | 0,6140 | 55,92% | 0.5247 | 4.340 hab. |
| 11 | Nova Laranjeiras | | ESC3 | 49 | R\$ 47.966.625,45 | R\$ 20.668.437,77 | 0.5700 | R\$ 17.539,32 | 0,6420 | 57,18% | 0.7333 | 11.507 hab. |
| 12 | Pinhão | | ESC1 | 68 | R\$ 100.232.490,44 | R\$ 41.259.871,99 | 0.6771 | R\$ 48.650,61 | 0,6540 | 55,03% | 0.5186 | 32.559 hab. |
| 13 | Porto Barreiro | | ESC3 | 56 | R\$ 29.338.144,83 | R\$ 16.146.071,27 | 0.6711 | R\$ 29.991,75 | 0,6880 | 74,55% | 0.4022 | 3.184 hab. |
| 14 | Quedas do Iguaçu | | ESC3 | 48 | R\$ 109.548.639,33 | R\$ 58.898.963,56 | 0.7857 | R\$ 35.360,99 | 0,6810 | 63,91% | 0.7077 | 34.409 hab. |
| 15 | Reserva do Iguaçu | | ESC3 | 47 | R\$ 35.890.519,47 | R\$ 18.996.270,47 | 0.6815 | R\$ 19.844,19 | 0,6480 | 54,57% | 0.4214 | 8.069 hab. |
| 16 | Rio Bonito do Iguaçu | | ESC1 | 64 | R\$ 70.165.654,14 | R\$ 41.841.921,93 | 0.6616 | R\$ 21.735,41 | 0,6290 | 56,55% | 0.7259 | 13.255 hab. |
| 17 | Turvo | | ESC3 | 36 | R\$ 68.600.968,25 | R\$ 23.159.577,31 | 0.6565 | R\$ 33.150,16 | 0,6720 | 47,75% | 0.6733 | 13.095 hab. |
| 18 | Virmond | | ESC2 | 50 | R\$ 26.395.808,27 | R\$ 13.427.568,50 | 0.7543 | R\$ 31.730,81 | 0,7220 | 70,29% | 0.6279 | 4.022 hab. |

APENDICE B – RESULTADO DA CONSTRUÇÃO DO IDV-M

| N.º | Municípios | VG | RC | APM | CS | UOB | AS | MA | EC | SP | ADM | SS | TU | LR | RIC | TOTAL |
|-----|------------------------|----|----|-----|----|-----|----|----|----|----|-----|----|----|----|-----|-------|
| 1 | Campina do Simão | 12 | 18 | 10 | 4 | 10 | 2 | 0 | 8 | 0 | 6 | 6 | 0 | 2 | 6 | 76 |
| 2 | Candói | 10 | 8 | 10 | 4 | 10 | 2 | 2 | 6 | 0 | 6 | 4 | 0 | 2 | 4 | 68 |
| 3 | Cantagalo | 10 | 10 | 8 | 4 | 10 | 2 | 0 | 4 | 0 | 8 | 6 | 0 | 2 | 6 | 70 |
| 4 | Espigão Alto do Iguaçu | 10 | 10 | 10 | 4 | 10 | 2 | 0 | 6 | 0 | 6 | 6 | 0 | 2 | 6 | 72 |
| 5 | Foz do Jordão | 8 | 10 | 4 | 4 | 10 | 2 | 2 | 4 | 0 | 6 | 4 | 0 | 2 | 6 | 62 |
| 6 | Goioxim | 10 | 10 | 10 | 4 | 10 | 4 | 0 | 4 | 0 | 6 | 4 | 0 | 2 | 6 | 70 |
| 7 | Guarapuava | 10 | 12 | 10 | 4 | 10 | 6 | 14 | 10 | 2 | 8 | 8 | 4 | 2 | 6 | 106 |
| 8 | Inácio Martins | 10 | 10 | 10 | 4 | 10 | 6 | 8 | 10 | 2 | 8 | 6 | 0 | 2 | 6 | 92 |
| 9 | Laranjeiras do Sul | 10 | 10 | 10 | 4 | 10 | 4 | 8 | 10 | 2 | 8 | 8 | 4 | 2 | 6 | 96 |
| 10 | Marquinho | 10 | 8 | 8 | 4 | 10 | 2 | 2 | 2 | 0 | 6 | 4 | 0 | 2 | 6 | 64 |
| 11 | Nova Laranjeiras | 12 | 10 | 10 | 4 | 10 | 4 | 8 | 12 | 0 | 6 | 8 | 0 | 2 | 6 | 92 |
| 12 | Pinhão | 10 | 10 | 10 | 4 | 10 | 4 | 10 | 6 | 0 | 8 | 6 | 0 | 2 | 6 | 86 |
| 13 | Porto Barreiro | 6 | 8 | 8 | 4 | 10 | 2 | 0 | 4 | 0 | 6 | 4 | 0 | 0 | 4 | 56 |
| 14 | Quedas do Iguaçu | 10 | 12 | 10 | 4 | 10 | 2 | 12 | 8 | 0 | 8 | 4 | 4 | 2 | 4 | 90 |
| 15 | Reserva do Iguaçu | 6 | 10 | 8 | 4 | 10 | 0 | 0 | 4 | 0 | 6 | 4 | 0 | 2 | 4 | 58 |
| 16 | Rio bonito do Iguaçu | 8 | 8 | 4 | 4 | 10 | 2 | 0 | 4 | 0 | 6 | 4 | 0 | 2 | 4 | 56 |
| 17 | Turvo | 12 | 10 | 10 | 4 | 10 | 6 | 12 | 12 | 0 | 8 | 6 | 0 | 2 | 4 | 96 |
| 18 | Virmond | 6 | 8 | 10 | 4 | 10 | 2 | 0 | 4 | 0 | 6 | 4 | 0 | 2 | 4 | 60 |